



Anais da Assembleia

Nº 77

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 74.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1978

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Otássio Pereira e Rosário Pitelli.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Iván Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 93/78, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido SANCIONADO o Projeto de Lei n.º:

178/77: Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva conferir ao Poder Executivo, autorização para permutar com o Município de Maringá, área de terras de propriedade do Estado, cuja metragem e característica específica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.013.—Agradeça-se.

Sob o n.º SE/02/72, oriundo da Câmara Municipal de Araçongas, que envia a este Poder, cópia da Proposição n.º 09/12/77, da Câmara Municipal de Catanda, Estado de Pernambuco, o qual solicita em seus termos, que as autoridades competentes no setor do I.C.M., estudem uma melhor redistribuição daquele incentivo, a todos os municípios do Interior do País.— Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 050/447/78, da Federação das Associações Comerciais do Paraná, firmado por seu Presidente Senhor Carlos Alberto Pereira de Oliveira, encaminhando cópia da Proposição aprovada por aquela Entidade, em cujos termos, sugere a alteração na Lei Complementar n.º 1, de 1.972, a fim de restringir as hipóteses de cabimento do denominado “recurso hierárquico”.— Ao conhecimento da Casa.

Da Associação dos Senhores Rotarianos de Laranjeiras do Sul, trazendo ao conhecimento da casa o problema dos suinocultores da região e solicitando sejam tomadas medidas

urgentes visando garantir a matança e comercialização dos suínos gordos.— Ao conhecimento da Casa.

Emenda:

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Senhor Presidente.

A alínea “b”, do § 1.^o, do Art. 92 da Constituição do Estado do Paraná, alterada pela Emenda Constitucional n.º 6, de 19 de abril de 1.978, passa a ter a seguinte redação:

- “b) juízes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causas de pequeno valor e de crime a que não seja cominada pena de reclusão, poderão substituir juízes vitalícios”.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1.978.

(a) Ivo Thomazoni.

Apoiamentos: José Domingos Scarpelini, Luiz Roberto Soares, Edilson Alencar, Domício Scaramella, Waldenício Barbalho, Renato Bernardi, Lúcio Machado, Deni Schwartz, Nilso Sguarezi, Trajano Bastos, Quielse Crisóstomo, Muggiati Filho, Jurandir Messias, Valter Pietrângelo, Gabriel Manoel, Dácio Leonel, Fuad Nacli e Enéas Faria.

JUSTIFICATIVA:

A recém-aprovada Emenda n.º 6 à Constituição do Estado, por um lapso, oferece-se, no dispositivo a ser alterado, a “... crime a que seja cominada pena de reclusão...”, enquanto o equivalente da Carta Federal, de força modelar compulsória, alude a “... crime a que NÃO seja cominada pena de reclusão...”

É imperativo, portanto, o afeiçoamento da Carta Estadual à Federal, pelo que dispensamo-nos de mais extensas considerações.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de propor os nomes dos Srs. Deputados Luiz Roberto Soares, Werner Wanderer, Augusto Carneiro e Fabiano Braga Côrtes, para comporem a Comissão Especial que examinará o problema indenizatório da Usina Foz da Areia.

Sendo o que me competia manifestar, subscrevo-me atenciosamente.

(a) Luiz Roberto Soares.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido à Casa, seja concedido um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MANOEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA GOMES, ocorrido hoje na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1.978.

(a) Augusto Carneiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ PEREIRA DA SILVA, ocorrido dia 19 de junho corrente, na cidade de Francisco Alves, neste Estado, onde o extinto foi um dos pioneiros e proprietários fundadores.

Outrossim, solicita seja oficiado à família enlutada, trans-

mitindo as condolências.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1.978.

(a) Ernesto Gnoato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno e com apoio do Plenário, requer a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO FÁVERO, ocorrido no último dia 24 do corrente mês, na cidade de Dois Vizinhos.

O extinto abre uma lacuna na sociedade duovizinhense, onde, como pioneiro, participou intensamente das atividades agrícolas, industriais e comerciais.

Requer outrossim, que da deliberação da Casa, seja dada ciência à família enlutada, na cidade de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1.978.

(a) Ivo Thomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, requerem a inserção em ata da presente sessão, com respaldo no Regimento Interno e com o apoio do Plenário, um voto de profundo pesar pelo prematuro falecimento do Senhor OSIRES RAMIRO DE ASSIS, ocorrido em data do último dia 26 do corrente, na cidade de Paranavaí.

O extinto era filho de tradicional família de políticos paranaenses e ligado a atividades administrativas, sociais e culturais da vida estadual.

OSIRES RAMIRO DE ASSIS, radicado, há muitos anos na cidade de Paranavaí, tomou parte ativa na administração municipal, onde mostrou-se um servidor capaz e eficiente e tomou parte na vida daquela cidade.

Requerem, outrossim, que da deliberação desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, na cidade de Paranavaí e em Curitiba.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1.978.

(aa) Wilson Fortes e Waldenício Barbalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, um voto de profundo pesar pelo falecimento da professora estadual aposentada Dona ELZINA FRANCO DE MACEDO, "Dona Zica", digníssima esposa do causídico Dr. LEOCLIDES MACEDO, ocorrido semana atrás nesta Capital, e que consternou tanto a classe, o corpo docente da Escola Profissional República Argentina, como a sociedade paranaense.

Outrossim, se aprovado, seja comunicado aos familiares e ao estabelecimento a que pertenceu.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1.978.

(a) José Domingos Scarpelini.

JUSTIFICATIVA:

A extinta foi professora durante décadas, se aposentando há poucos anos na Escola Profissional República Argentina.

Além de professora abnegada, culta e correta, deixou uma trajetória de testemunhos de amizade, bondade e filantropia.

Deixou além do viúvo Dr. Leocides Macedo, respeitado causídico, seus filhos advogados Paulo Ruy Franco de Macedo, residente e político em Uraí, casado com a Professora Terezinha Sobieray Macedo; Dr. Ricardo Ruy Franco de Macedo, Assessor da Secretaria de Educação; Dr. Marcos Ruy Franco de Macedo, jornalista radicado nesta Capital e Dona Léa Macedo Bhuerer da sociedade pontagrossense.

O presente voto a registrar, além do mérito, será um marco de reconhecimento do povo do Paraná a esta inesquecível mestra de coração de ouro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL DOS PROJETOS DE LEI N.ºs 72/77, 86/77, 162/77, 169/77, 39/78, 62/78 e 75/78.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1.978.

(a) Luiz Roberto Soares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Maurício Schulmann, DD. Presidente do BNH, no sentido de que se procedam reestudos para reduzir a correção aplicada aos mutuários do BNH que tenham adquirido suas casas próprias do tipo popular, tendo em vista a condição inferior dessas habitações, não só no que concerne ao material empregado, como também em razão do seu precaríssimo acabamento.

De outra parte, no geral são pessoas de baixa renda que devem merecer tratamento condizente com a sua condição, além do aspecto social de que se reveste a política habitacional que deve ser mais sensível aos menos providos de recursos e rendas.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1.978.

(a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor DOUTOR PAULO HORTÊNCIO PEREIRA LIRA, digníssimo Presidente do BANCO CENTRAL DO BRASIL, no sentido de que seja autorizado ao BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, para que o mesmo possa criar e instalar uma agência na cidade de Jandaia do Sul, neste Estado, e solicitamos para que também seja encaminhado cópia de nosso requerimento endereçado ao BANESTADO.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1.978.

(a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o Ofício SEGER/CERE-1293/77, datado de 06 de setembro de 1.977, e encaminhado a esta Casa de Leis pelo Excelentíssimo Senhor DOUTOR CELSO SABOIA DA COSTA, digníssimo Diretor Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, no qual expõe as dificuldades alcançadas para se instalar uma agência na cidade de Jandaia do Sul. Mesmo com as dificuldades expostas pelo BANESTADO para se instalar naquela cidade, ainda é grande a insistência do povo que lá reside, tanto do setor urbano, comercial e industrial, como do setor agrícola, que não se cansam de demonstrar a necessidade de uma Casa de Crédito Oficial do Estado, dentro do município, para não terem que se deslocar para outra cidade, e que os fazem perder grande parte de seu tempo de trabalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Entendemos como única solução no presente, para minorar o problema social existente no Porto de Paranaguá, que

se agravou nos últimos meses pela falta de mão-de-obra ao trabalhador, seja de competência exclusiva da Presidência do Instituto Brasileiro do Café, que poderá determinar autorização permitindo o Diferencial de Registro para exportação de café, de cinco centavos de Dólar por libra-peso. Isto vale dizer o seguinte:

1 saca — 132 libras x 5 centavos — 6,60 dólares.

Seriam 6,60 dólares que o exportador teria de vantagem exportando pelo Porto de Paranaguá. Considerando que o Dólar Café está custando Cr\$ 17,90, concluiremos que a vantagem por saca de café exportada pelo Porto de Paranaguá será de Cr\$ 118,14.

Esta vantagem, que hoje estamos pretendendo para os cafés exportados pelo Porto de Paranaguá já houve em anos anteriores.

Face ao exposto, fazemos veemente apelo ao Ex.^{mo} Sr. Presidente do I.B.C., para que autorize, mesmo em caráter excepcional, o restabelecimento das vantagens oferecidas aos exportadores de café, fazendo retornar ao Porto e à própria cidade de Paranaguá, as possibilidades de trabalho, comércio e sobrevivência. Isto somente se o I.B.C. colaborar, forçando a exportação de café pelo nosso Porto.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1978.

(a) Nelson Buffara

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com apoio do Plenário, requer a Constituição de uma Comissão Especial, composta de 3 (três) membros para gestionar junto ao Banco Central e outros órgãos decisórios com sede em Brasília a fim de, com máxima urgência, seja encontrada uma solução definitiva das Notas Promissórias Rurais.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1978.

(a) Werner Wanderer

JUSTIFICATIVA:

As Notas Promissórias Rurais - NPRs — constituem títulos de crédito rural, instituídos pelo Decreto-Lei 167, de 14/02/67, emitidos pelos compradores (Indústrias, Comércio, Cooperativas e outros) como pagamento dos produtos de origem agropastoris ou extrativos, diretamente aos produtores nas operações de comercialização. Os produtores procedem normalmente ao desconto destas, junto aos agentes financeiros, endossando os títulos, como determina a legislação.

Diante das várias concordatas concedidas às indústrias de produtos de origem agropecuária, em especial, aos frigoríficos (Comabra, Rondon, Medianeira, Iguazu) e fábricas de óleos (Oleolar, Oleos Andirá-Matsubara) o procedimento normal dos agricultores ao venderem seus produtos, recebendo como pagamento NPRs, passou a configurar um problema de grandes proporções, abrangendo milhares de produtores, bem como agentes financeiros e de difícil solução devido às consequências irradiadas para toda área produtiva rural.

Em vista disso e considerando:

— Que os produtores procederam as vendas de sua produção esperando receber o valor ajustado, sem nenhuma vinculação com a empresa compradora;

— Que na atual conjuntura comercial, os pagamentos foram efetuados normalmente através de NPRs, não se oferecendo muitas opções ao produtor;

— Que devido a necessidade de desconto das NPRs, serem condicionados ao endosso, tornaram-se corresponsáveis da dívida junto aos bancos;

— Que face às concordatas, estão sendo obrigados a responderem pelo resgate das promissórias, devidas pelas formas concordatárias;

— Que a grande maioria, ver-se-á compelida a efetuar

empréstimos para a quitação dos débitos e na melhor das hipóteses se as concordatárias ressarcirem o principal, terão que arcar com o diferencial de juros, constituindo-se assim, seguramente, num prejuízo financeiro;

— Que diante das frustrações da agricultura assolada pela estiagem neste ano, os produtores estão com sua capacidade de pagamento e endividamento praticamente esgotadas;

— Que embora tenham sido reiteradas vezes, solicitadas providências para atender a situação do produtor rural, ainda não foi encontrada solução condizente;

— Que a persistir a situação, especialmente os pequenos produtores, não terão capacidade financeira para dar prosseguimento às suas atividades e mesmo a manutenção de suas famílias;

— Que urge tomar uma solução definitiva sobre as NPRs, capaz de assegurar ao produtor a tranquilidade para o prosseguimento do processo produtivo, sem a conseqüente ameaça de arcar com prejuízos de terceiros;

— Em vista desta situação é que o Deputado que o presente subscreve, requer que esta Assembléia envie uma delegação de três membros para procurar solucionar esta situação que está levando muitos agricultores a um verdadeiro desespero.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência tem a satisfação de anunciar, neste plenário, a presença da preadada Srta. Suzy Mara, Miss Paraná. Antes de embarcar para a Capital Federal, onde representará o Estado do Paraná, no concurso que visa eleger Miss Brasil, a Miss Paraná visita esta Casa de Leis para, na oportunidade, endereçar aos Srs. representantes da gente brasileira que vive neste Estado, as suas mensagens de despedida.

E, naturalmente, a Presidência não poderia deixar, em nome da Mesa, e dos Srs. Deputados, de desejar que a representante da beleza da mulher paranaense, tenha, na Capital Federal, sucesso na oportunidade em que haverá de se defrontar com as representantes das outras unidades federativas.

Deseja-lhe, portanto, Suzy Mara, a Assembléia Legislativa do Estado, pleno e total êxito no conclave que visa eleger a representante brasileira no concurso que vai, posteriormente, escolher a Miss Universo.

Sabem todos que você tem dotes suficientes para representar condignamente a mulher paranaense naquele conclave. E para dar-lhe a oportunidade de dirigir-se ao plenário, a Presidência lhe concede a palavra para sua mensagem.

A SR. SUZY MARA — Ex.^{mo} Sr. Deputado Ivo Thomazoni, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; Ex.^{mo} Sr. Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, Primeiro Secretário; Ex.^{mo} Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, Segundo Secretário; demais Deputados, Senhores e Senhoras aqui presentes.

É com muita satisfação que estou aqui com os Srs. nesta tarde, quero agradecer à Assembléia Legislativa, pelo apoio que está me proporcionando e, contando com todos os Srs., farei o possível para bem representar o Estado do Paraná no concurso de Miss Brasil.

Muito obrigado. — (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Na oportunidade, a Assembléia Legislativa do Estado cumprimenta também as organizações OM que, no Paraná, patrocinaram este conclave. Desejo agradecer a presença das acompanhantes de Miss Paraná, Suzy Mara, desejando a todos, total e plena felicidade durante a realização deste conclave. Que a Miss Paraná, tenha, como disse, pleno e total êxito em Brasília.

A Presidência, por deliberação do Plenário, convidou para comparecer a esta sessão, o Dr. Ariovaldo Ferraz Arruda, Diretor Administrativo da Indústria de Alimentos Kamby, Sociedade

Anônima, e da Associação de Laticinistas do Paraná. (Lê):

"O nosso palestrista de hoje, convocado por unanimidade dos Senhores Deputados desta Casa, é sem dúvida alguma um dos valores ímpares que nosso Estado possui, e que vem se revelando nestes últimos anos como líder natural, aceito e aplaudido nos mais diversos ramos da atividade agropecuária e empresarial de nosso Estado.

Ariovaldo Ferraz Arruda, nascido em 29 de junho de 1944, em Bauru, Estado de São Paulo, foi desde a infância uma esperança e uma promessa que nosso Estado acabou trazendo para si. Hoje, amadurecido e experiente, vem colocando com seu trabalho, o Paraná na vanguarda da produção de leite e de outras atividades agropecuárias.

A mercê de seu esforço e capacidade e de invejável fibra de homem que sabe o que quer e que luta com todos seus esforços para atingir os grandes objetivos sociais, tem participado de inúmeras campanhas sociais e econômicas do Paraná, Estado que elegeu para si e para os seus.

Ariovaldo, que temos hoje em nossa Assembléia, não surge por acaso, antes porém forjado nos bancos das universidades e da experiência da vida, possui um currículo dos mais brilhantes. Formado em Administração nos Estados Unidos, como prêmio, estagiou em agricultura na Pan American Coffee Bureau de Nova Iorque, bem como possui curso de aperfeiçoamento e modernização empresarial do Ministério do Planejamento.

É bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, onde até hoje goza do mais alto respeito e admiração dos seus ex-professores. Sagrou-se em 1.º lugar no Concurso de Oratória promovido pela Universidade Estadual de Londrina, quando discorreu sobre a vida e obra de Rui Barbosa.

É atualmente presidente da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos, participou na Alemanha do Congresso de Alimentos Internacional, como um integrante da representação brasileira.

Mesmo hoje adiou a sua participação no Congresso Internacional de Paris, sobre alimentos onde é convidado especial, exatamente para se fazer presente nesta Casa, a fim de desenvolver este debate de alta importância.

O nosso empresário, Dr. Ariovaldo Ferraz Arruda, como não poderia deixar de ser, foi eleito no Paraná como a revelação administrativa em 1975. E mesmo agora soubemos de sua incontestável eleição no Norte do Paraná, como destaque empresarial do ano.

Senhores Deputados, este jovem que nos honra com a sua presença, e que temos a honra de receber, também foi condecorado com medalha de ouro pela Associação Comercial de Vareza, na Itália, por relevantes serviços prestados no intercâmbio comercial e cultural com aquela nação.

Atualmente, além de diretor da Associação dos Laticinistas do Paraná, é um dos diretores da Kamby, que é o 1.º maior grupo laticinista do Paraná e do sul do nosso país.

O nosso conferencista desta tarde já realizou de 1974, 75 e 76, viagens com fins de proferir palestras na área de alimentos, em outros países, tais como: Suíça, Suécia, Dinamarca, Inglaterra, Holanda, França, Itália e Estados Unidos".

Desejava dizer da importância desta palestra no instante em que devo, em nome desta Casa, cumprimentar o Sr. Diretor proprietário da "Folha de Londrina", o jornalista, João Milanês, que estampa hoje na edição do seu jornal, uma reportagem sobre a Campanha do Leite que se desenvolve neste Estado, com vistas ao que se pretende em termos de País.

É a oportunidade também que a Presidência tem para registrar a presença do eminente jornalista, no Plenário desta Casa.

Para receber e conduzir a este plenário o Dr. Ariovaldo Ferraz Arruda, designo o Sr. Deputado Dácio Leonel de

Quadros, representante de Londrina.

(Pausa).

(O Dr. Ariovaldo Ferraz Arruda é conduzido ao Plenário)

A Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao conferencista, Dr. Ariovaldo Ferraz Arruda, que falará a convite desta Assembléia Legislativa do Estado, abordando tema que visa integrar o Paraná como uma grande bacia leiteira nacional.

A Presidência pede ao eminente conferencista, licença para registrar neste plenário, a presença do Sr. Deputado Federal, Túlio Vargas, candidato da Aliança Renovadora Nacional ao Senado da República. Registra, também, com satisfação, a presença do ex-Deputado Federal e Estadual, atual Prefeito de Londrina, Antônio Belinati, a quem a Presidência deseja uma boa estada nesta Casa.

Da mesma forma, a Presidência cumprimenta e registra a presença de altos funcionários do Banco do Brasil e de pessoas ligadas ao tema que será abordado pelo Dr. Ariovaldo Ferraz Arruda, na sua conferência.

A todos, portanto, a Presidência deseja, em nome da Casa, boas vindas e feliz permanência na Casa do Povo.

Com a palavra o Dr. Ariovaldo Ferraz Arruda.

O SR. ARIOVALDO FERRAZ ARRUDA — Sr. Presidente desta mais alta Casa da legislação paranaense; Srs. Secretários; Srs. Líderes dos Partidos, em nossa Assembléia; Eminentíssimos Deputados; Companheiros londrinenses, curitibanos, do Oeste do Paraná; Membros de entidades de classes, federações sindicais; eminentes Prefeitos; ex-Prefeitos; Líderes de um modo geral; meus Senhores; minhas Senhoras; distintos e queridos funcionários desta Casa que permeiam e plasam aquilo que, pela instrumentalidade da palavra, se desenvolve neste sacrário.

Se a mim fosse dada a escolha aqui não estaria.

Mas como diz o velho dramaturgo de Roma "Alia Jacta Est", "A Sorte Está Lançada".

E se aqui viemos senão colocados na posição por líderes e companheiros de envergadura e de invejável qualidade nas lides de campanhas como estas que vamos aqui, crazeirosamente discurrir.

Referia-me a este recinto como sacrário da palavra. E dizia que se me fosse dado direito, a porta de entrada deste sacrário, a meu entender, deveria ser baixa. E tão baixa quanto necessário para que, tantos quantos aqui adentrassem, o fizessem de cabeça baixa e curvados, pelo respeito, pela reverência, pela significação e pela extensão da coisa pública que aqui se trata, dos exemplos primordiais da história romana, eis um legislativo aberto para o debate e para a construção dos ideais do nosso povo.

Quero agradecer sensibilizado e até por certo ponto constrangido, pela forma tão gentil como S. Ex.^a, Deputado Ivo Thomazoni nos referendou na leitura do currículo que precedeu a nossa palavra.

Não endossamos suas palavras, mas assumimos a responsabilidade de aqui estar, desde que possamos contar com aquilo que é a paciência, o amor, o carinho e porque ainda não acrescentar, o perdão e a própria contribuição dos Srs. Deputados.

O tema que eu aqui trago, é um tema por demais passional, e, matéria passional como é, é de difícil trato.

Vamos iniciar pela História, vamos começar dizendo que a domesticação de animais não é recente, para a utilização do Homem, seja no serviço, seja na contribuição de seus próprios produtos que, no caso específico, o leite, em questão.

Descobertas do período paleolítico já se tem conhecimento, esculpido e pirogravado na pedra, a história milenar dos bovinos.

Há 5.000 anos A.C. a espécie de bovinos, domesticada.

representava então, na Mesopotâmia, mais de 10% da força de trabalho e mais de 40% na força alimentar do povo de então.

Os romanos, no primeiro milênio já possuíam regras e orientações, já possuíam até regulamentos, que davam à raça bovina, aquilo que lhe era retribuído, pelo esforço de contribuição que davam.

Como não nos interessa a História, mas nos interessa o Brasil, queremos dizer que, só em 1531, numa primeira importação que, de lá para cá nunca mais parou, nós fizemos, da Ilha de Cabo Verde, a primeira histórica importação de gado para o nosso País, numa primeira fase de agruparmos, nas terras de Cabral e nas terras de quem, plantando tudo dá e que nós, parafraseando o Paraná, dizemos: "terra de que, se plantando dá, e não se plantando, dão".

Este rebanho se desenvolveu, este rebanho cresceu e o Brasil se viu como que, de uma hora para outra, no limiar de um grande desafio. O gado produz tudo e, na questão de hoje, propus o leite.

Senhores Deputados, doe o meu coração. Consternado não pude ter outro momento de tristeza, senão quando, atravessava as ruas da minha cidade do Estado que os Srs. Deputados representam, quando uma criança, puxando-me pelo paletó, chamava: — Papai, compra para mim um copo de leite?

Papai, compra para mim um copo de leite, e eu vi aquela criança repetindo a frase, a pessoa por pessoa, na majestosa Rua Paraná, da pujante Londrina do nosso Estado, que, todos aprendemos a amar e a admirar.

Comecei a sentir que aquela criança buscava o que era mais legítimo e, sendo o mais legítimo o seu anseio, nós não tínhamos para dar para dar não para ela, porque era muito fácil e demagógico na nossa questão, dar o pó, dar o leite, dar o pouco que ela queria. Mas, desafiou-nos!

Quantas crianças como esta, uns, com um copo de leite como conhecemos crianças, filhos nossos que vão às escolas não para aprender as letras, mas, para buscar um copo de leite como alimento para si. 60% do leite do Brasil, está endereçado às crianças de 0 a 3 anos. O Brasil tem, nas suas mãos, o material mais importante do que qualquer outro, inigualável, pela extensão que é esta massa extraordinária da primeira infância.

Queremos aqui lembrar, que o leite é o mais importante organismo na composição da dieta familiar. E ainda dizíamos hoje, com alguns amigos e companheiros, de que o leite faltando para a criança nesta fase, representa como que uma diminuição na extensão dos seus próprios neurônios e nós publicamos, promovemos, permitimos a "Capitio diminutiae" da nossa própria infância, como que gerando incapacidade, para que, bestializados, quem sabe, pela ironia desgraçada do destino futuro, nós consigamos contar com elementos excepcionais.

Como dói saber que excepcional no Brasil é muito mais resultante da alimentação, do que das próprias doenças patogênicas ou congênicas. E nos dói saber que o leite é o principal alimento na composição da dieta destas crianças.

Senhores Deputados, venho humildemente a esta tribuna debater, trazer nossos anseios da campanha que se faz. O importante é não importar, e sim, produzir leite e queremos nós, no Paraná.

O Paraná produz duzentos e sessenta e dois milhões de litros de leite, com estatística de 1977, remanescente de informações do eminente órgão público — DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, aonde contamos com o Dr. Paulo, eminente funcionário daquele órgão, conosco, neste Plenário, e o Paraná terra do café, terra da soja, terra do trigo, está assistindo o advento de ser chamada também, terra do leite.

Nós queremos aplaudir nosso Estado irmão de Minas Gerais, queremos contribuir com o consumo voraz de um

milhão e duzentos mil litros por dia em São Paulo, queremos abastecer Rio Grande do Sul, mas queremos conquistar uma posição que nos é legada como Estado que somos, agrícola e agropastoril.

Posso informar aos Senhores, que estamos conseguindo. O Paraná desidratou e tem disponível para nossa gente, gente de todos os povos, trinta e três milhões de litros de leite, que representa uma economia plasmada em mais de cento e oitenta mil pessoas a nível de produtor.

Meus Senhores, minhas Senhoras, a campanha que se enceta da produtividade, talvez seja uma das ímpares campanhas que já se realizou no Estado, de elevar a produção do Paraná, a mais trezentos milhões de litros de leite, para que aquela criança, na Avenida Paraná não venha por certo, um dia, às barras do paletó de cada um de nós, mas nós, pelo pouco tempo que nos resta, tomemos, num volume conjunto e homogêneo, uma posição para que o Paraná também seja terra do leite e eu aqui afirmo e poderemos depois, se assim compreender o Sr. Presidente, entrar num debate mais a título de informação, dizer que o leite, economicamente, só perde para a carne.

Abaixo dele está o café, está o arroz, está o amendoim, está o milho e está a soja. Mas, o Brasil importa leite desgraçadamente, e não sabemos como, o Sr. Presidente está bem informado, deveríamos estar hoje em Paris, honrosamente participando de um congresso internacional de leite, aonde, em contato com nossos representantes ontem, ficamos como que sem fôlego, quando soubemos que 67 países signatários de um documento de alta importância internacional, propuseram a constituição de OPEP do leite, e o Brasil é para entrar na OPEP do leite e os Senhores serão responsáveis pelo sucesso, os Senhores serão responsáveis tanto quanto nós o somos, como produtores, como industriais e como consumidores, e a nossa Nação, virão permitir que lá nós sejamos também participantes da OPEP como consumidores. Nós temos que erguer a nossa voz, nós temos que ergue a voz da experiência, da coerência, do bom senso e fazermos presentes como produtores e como exportadores.

Fala-se da multinacional; ela tem capacidade para 3.600.000 litros de leite, diário, domina 70% do leite produzido, mas nós ainda estamos consumindo o dobro do que produzimos, 120 mil toneladas por ano, só o INAN e o PRONAN absorvem isso sozinhos. Há que se dizer, ainda, que o peso de consumo nosso, é o mais negro e horrendo, possível. Um Estado rico, como o nosso; um País de dimensão extraordinária como o nosso, não pode se silenciar e eu quero dizer que é comovido que eu vejo homens das envergaduras presentes aqui neste plenário, fazendo coro para que nós todos, quem sabe, como uma voz pequena; talvez, sem a condição de resolver o problema, mas dizemos — Nação querida que nos abriga, eis nos aqui presentes na parcela que nos cabe dar.

Falávamos sobre piso de consumo, a FAO, órgão técnico em Roma, determina que qualquer País que se preze, deverá consumir um mínimo "per capita", ano, de 400 g de leite. Não sei se os Srs. sabem que Curitiba é um alto consumidor de leite no nosso País, "per capita", e não passa de 98,7 g ano. E quando eu digo 98,7 g ano para 400, que é o mínimo e que abaixo daquilo nada é a mesma coisa, com agravante da condição desses 60% que consomem o leite "in natura" em termos de zero a três anos de idade e a agravação disto, nós não podemos nos silenciar, nós não podemos admitir. Pode ser que não consigamos mas, eis o ditado. — "Mais nos vale as lágrimas da derrota, do que a vergonha de não ter lutado".

Eu sei, sim; já recebi, já auscultei que esta Casa é sensível a este problema; já senti e já percebi, bem como auscultei

a sensibilidade do Governo Estadual para com o problema; fui informado e dialoguei das medidas que o Secretário da Pasta da Agricultura vem tomando para com este assunto; senti a permeabilidade tão carente e pronta do futuro Governo do Paraná. Mas, meus Srs., não é responsabilidade do Governo, é responsabilidade da dona de casa; é responsabilidade de nossa esposa, de nós mesmos, sejamos homens de Governo, sejamos de empresa, sejamos homens que militam aonde for, fomos chamados a uma batalha que, se vencida, seremos, porque não dizer, exportador como é a Holanda, exportador como é a Austrália, exportador como são os demais países.

Os Srs. sabiam que, aqui em Curitiba, nós estivemos no ano passado consumindo leite que foi produzido no outro lado do mundo, na Austrália?

Os Srs. sabiam que a Austrália tomou, na sua história, uma atitude corajosa para que 400 g não fossem mais aceitas mas que chegassem, isto sim, a 1.800 g de consumo?

Meus Srs. Deputados, quando nós olhamos na importância do leite, dói-nos, profundamente, ver, em 73, importamos 59 mil toneladas; 74, 39 mil toneladas; em 75, caímos para 19 mil toneladas; em 76, 40 mil toneladas; em 77, 36 mil toneladas e, em 78, ainda no primeiro semestre, 40 mil toneladas.

Sabam os Senhores que são mais de 60 milhões de dólares que fogem do nosso produtor, que fogem dos nossos lares para países outros.

Hoje o Brasil toma uma posição da mais alta relevância, quando S. Ex.^a, General João Baptista Figueiredo, num pronunciamento na Embaixada da Alemanha, disse que é absurdo o nosso País importar leite. Como o absurdo é inadmissível, Curitiba, Londrina, Cascavel, Maringá, o Paraná, a Assembléia, tenho certeza, se levante e faz coro. É absurdo importar leite!

Mas, não só ficarmos na declaração, mas darmos um passo um pouco mais à frente e dizermos à margem do absurdo, eis-nos também a solução que oferecemos.

Meus Senhores, minhas Senhoras, a experiência daquela indústria de leite em pó, em Londrina, representa e eu quero oferecer de primeira mão aos Senhores Deputados um feito extraordinário que se Deus, na sua Graça, invocado à abertura de cada Assembléia como bem o fazem no sentido mais profundo do trato que dão à palavra, nos premiar e brindar com sua eterna bênção, o Paraná a partir desse primeiro passo há de dar muitos.

Esse primeiro passo é o seguinte: o Paraná, em primeira mão, exporta as primeiras 500 toneladas de manteiga e passem os Senhores, para a França. A França com tecnologia invejável recebe do nosso Paraná sofrido, 500 toneladas de manteiga da mais alta qualidade, da mais invejável tecnologia disponível. Riqueza para o nosso Estado, distribuição para o nosso povo, apoio à estrutura governamental, apoio à nossa criança, para que nós não sejamos apontados na rua: "Senhor, pelo amor de Deus, me dá um copo de leite!"

Eu sei que ninguém resiste, eu sei que ninguém ficará absolutamente estático. Mas haveremos de nos movimentar, não só para 500 toneladas. Mil toneladas, duas mil toneladas e chegará o dia em que nós diremos ao mundo: "Temos leite para alimentar o mundo".

Recebemos comunicação de que o México e a Argentina procuram vorazmente coordenar forças para que renasça ainda, esta semana, um posicionamento no Brasil, para dar exatamente a coordenação política internacional do leite para que nós não possamos ficar mais subjugados pela imposição do Consul e pela privação da nossa própria iniciativa de produzir.

Temos o rebanho, temos homens, porque um homem da estirpe do paranaense que adentra na mata, que cede a mata ao voraz trabalho do seu machado, é um homem que merece de nós o seu aplauso e a sua confiança. E o Brasil e o mundo reconhece de que o pioneirismo do Paraná é inigualável.

E este Paraná levanta para produzir leite e nós chegaremos lá, pela graça de Deus. Chegaremos lá e temos certeza de que o rebanho instalado em 300 mil cabeças, com uma capacidade de 4 litros por cabeça, numa produtividade natural e vegetativa para 6 ou 7 litros seria simplesmente dizer que o Paraná sairia do estágio horrendo de 226 milhões de litros ano, para 900 milhões de litros ano de leite. E só os 300 milhões, acima dos 200 que chegaríamos aos 500, seria suficiente para o Paraná dizer ao Brasil, dizer a Minas, dizer ao Vale do Paraíba, dizer ao Rio Grande do Sul: "O Paraná contribui com cerca aproximadamente em termos relativos, de 40% por aquilo que o Brasil importa em leite". Eu não gostaria de entrar na política de preços, mas, se preciso for, estou à disposição; não gostaria de discutir aqui, a política que, se está certo, ou se está errado. Não me compete e não é a minha área, a minha área também não é trazer para os Senhores, a solução do problema. Porque não a tenho, pela magnitude que é, mas, tenho certeza que se sair desta Casa, sensibilizado e sensibilizando os Senhores, pela instrumentalidade do Poder que defêem às mãos, e pela força da palavra voraz e confiante, hão de mobilizar o nosso Estado, e os nossos homens públicos e de governo, a iniciativa privada, dará um passo e nós conquistaremos uma bandeira, para que nossos filhos, não saiam às ruas, como aqueles que dizem: "Senhor, um copo de leite, pelo amor de Deus".

Meus Senhores, meus irmãos compatriotas; nós não podemos aceitar; nós não podemos admitir imposição; os óbices terão que ser vencidos, esta deve ser uma tese de objetivo nacional, permanente, até que nós o alcancemos.

Faço aqui lembrar de que o Brasil possui aproximadamente 110 milhões de habitantes, tem uma média de 98,7g de consumo no Paraná; tem de 150 gramas em São Paulo, tem de 110 gramas no Rio de Janeiro e tem de 19 gramas de consumo, no nosso Nordeste. E de que só nos restam, Srs. Deputados, 22 anos, para tomarmos a decisão de irmos, ou entregarmos a derrota. Porque a população, como sabemos e afirmam as estatísticas, nos dará uma população de mais de 200 milhões no nosso querido Brasil.

E somos nós, que haveremos de levantar, são esses homens e alguns, já calejados da idade, alguns que se encontram aqui doentes, alguns que não poderiam vir aqui, mas como homens que são, de fibras, estão aqui presentes. Como ultrapassar os umbrais do ano dois mil, mas, é a hora e a vez, de levantarmos a nossa voz, e darmos a resposta ao desafio dos problemas e da problemática da alimentação básica que nos desafia.

Srs. Deputados, meus Senhores e minhas Senhoras:

Os Estados Unidos, não é o maior produtor, o maior produtor de leite no mundo "per capita" é a União Soviética, depois vem os Estados Unidos, a França, a Alemanha, a Polônia, o Reino Unido, o Canadá, a Holanda e a Austrália. Entre o que produz em 82,030 milhões de toneladas, 82, o Brasil fica com sete mil, só.

E o Paraná entra mais ou menos como parteira curiosa na composição estatística e oferece a sua parcela em quinto lugar. A produção leiteira do Brasil, está no Paraná, quer queiramos, quer não queiramos, e podemos provar isso: Minas Gerais, extensiva pecuária, tradicional, de mais de meio século, está hoje sofrendo na proporção que temos na Bacia do Vale do Paranapanema, ou a compreensão de Jacarezinho a Guaíra, num curto espaço de tempo, e numa reduzida e intensificada produção, uma produtividade maior do que o Estado de Minas Gerais.

Agora, um pequeno incentivo, uma pequena abertura, uma pequena composição, um pequeno trato da matéria, haverá de gerar condições para nós darmos a contribuição dos níveis que mencionamos anteriormente.

Meus Srs., minhas Sras., o que realmente existe é o seguinte: a produção de leite, no nosso caso, tem seguido na escala vegetativa de 20% ao ano, para o Paraná, cuja resposta produ-

dução-consumo, grau de relacionamento, tem 35% no global, nestes últimos dez anos é que a exigibilidade, ou a demanda em busca da oferta, se equilibra em 150% em relação a esta produção que tivemos.

Ou nós produzimos, ou produzirão para nós problemas maiores os nossos filhos, aqueles que amamos, aqueles que vivem por nós, aqueles que são a razão de nosso viver. Aquele filhinho que chega e diz: "Papai, vamos comer um pudim? Vamos beber um copo de leite?"

Este que nos produz alegria, realmente, não tem disponível na nossa história; e dizemos do Paraná, nenhum programa-faça-se ressalva a todos os programas meritórios que temos conhecimento no nosso Estado, a honra se faça ao que se realiza, aprovamos o que se realiza, mas ainda não temos nenhum plano de trato global, não para conhecer o que se faz, mas para resolver diante do que precisamos.

Não quero me estender, nem cansá-los. Não gostaria de me tornar mais prolixo do que fui, mas preferia, antes porém, ir declinando da oportunidade, ciente de que espaçadamente jogando idéias e pensamentos, quem sabe desafios e aberturas, trazermos uma preocupação inquietante, que inquieta a todos nós.

Sem antes porém, com os Srs., estarmos aqui lançando a campanha da produtividade, o que importa não é importar, mas sim produzir leite para o bem do Brasil, para o bem de nosso Estado. Então lançamos, como que num corpo em que nós temos consciência de que aqui estamos e já exemplificamos, como numa corrida de raia, em que nos coube, quem sabe, a primeira etapa da entrega do bastão a outros. E o faremos com muito orgulho, e esperamos que tenhamos dado a primeira corrida, o suficiente para não atrasar os companheiros que hão de caminhar; e eu gostaria de entregar este bastão a esta Assembléia, aos Srs., meus nobres e eminentes Deputados, representantes de nosso povo, o bastão da condutibilidade deste plano.

Eu tenho conhecimento, eu tenho sentido o trato de homens do Governo, eu tenho estado no BADEP, eu tenho ouvido, eu tenho visto e sentido, o quanto aqueles homens daquela casa de crédito, transpiram e se inspiram na mensagem da produção do leite. Mas eles pouco podem fazer, porque esvaem os recursos e os esforços, pela demanda global de que temos necessidade. Eu vejo como que numa entrevista tida na Alemanha, com o Presidente da PETRAPAK do Brasil, que é a maior empresa internacional na produção de embalagens, que diz, num jantar, nos confidenciava: "Ariovaldo, mandei os técnicos ao Brasil, fizeram o estudo, vermelho, inviável".

Não me conformei, enviei novamente os técnicos para o Brasil, tive novamente os estudos; inviável investir no Brasil. E nós contemplávamos, na terceira vez, meu jovem, você há de ser testemunha, nós não mandamos fazer estudos, nós mandamos investir dez milhões de dólares em leite, porque confiamos na sua Pátria, porque confiamos no Brasil.

E nós sabemos que estes recursos não hão de retornar para a Pátria de origem, porque fixarão aqui, na nossa terra. Meus Srs., se gente de além-mar investe, que faremos nós, mesmo sem capital?

Poderemos fazer como os 7 itens que os Srs. devem ter nas mãos. Sensibilizarmos a campanha, que o que importa é não importar o leite e sim produzi-lo, para o bem do Brasil e do Paraná, restabelecimento de um programa de desenvolvimento da pecuária leiteira, através de financiamentos à base da realidade em que vivemos.

Um reaparelhamento tecnológico da produção, da industrialização e comercialização, visando a integração destas três fases importantes da nossa economia rural.

Em terceiro, pregarmos numa plataforma de campanha integrada, financiamento à estocagem dos produtos lácteos a nível subsidiado, do que se faz na Holanda, do que se faz nos Estados Unidos, do que se faz, enfim em todos os países

do mundo.

E leve-se a ressalva de que constantemente ou não nos países da maior percepção intelectual, coincidentemente, são os países que produzem a maior quantidade de leite.

Financiamento ao rebanho leiteiro, evitando o abate indiscriminado de matrizes, cujas matrizes, oriundas de inseminação artificial, ou então de touros de alta linhagem, tenha o produtor no humilde esforço, esforço anônimo que faz, nos dias e nas madrugadas frias de nosso Estado, possa ter a contribuição, de não ver esvaído, por suas mãos, o capital que ali emprega e a contribuição que dá aos nossos filhos, para que ninguém chegue e diga: "Meu Senhor, um copo de leite, por favor".

Um apoio à criação da Comissão Nacional do Leite, que venha ordenar ou que virá a ordenar, no próximo Governo, a integração do Sistema Nacional do Leite, nas fases que sejam: a produção, a industrialização, e a comercialização. Para que as injunções de órgãos do Governo, com poder e tratamento, para a matéria, não o façam isolada e estanquemente nos setores aqui citados, mas unam numa integração o homem do mato, o homem da roça, o homem do campo, com o homem da indústria, com o homem do consumo que somos todos nós. E também a criação de uma grande Central de Produção de Insumos no nosso Estado, para que possa igualar na safra com a entre-safra, dando como que um equilíbrio, nessa Central de Insumos, produzindo razão, para que o nosso produtor, não tendo a pastagem que vemos a cada ano, passivamente, estamos vendo, denegrir e morrer, ou seja, pela seca, ou seja pela sazonalidade, ou seja pela influência climática desastrosa e isso em especial, aqui no sul. Suprida pela razão. E haja aqui a afirmação de que, 1 quilo de ração dá para 3 litros de leite, e no valor presente de custo, pela escala de análise econômica, cada litro de leite custaria, em termos de ração básica, 1 cruzeiro e 0,7 centavos. E vendendo a 3,8, ele ainda teria condição de remunerar aquele excedente que ele não faz porque perde em função da base que não estamos lhe dando.

Não quer dizer que não existam infra-estruturas, para produzir ração, mas é preciso um tratamento de choque e uma forma mais vigorosa de análise e de trato a este problema.

E também o incentivo, em escala regional, estadual e nacional, ao desenvolvimento do leite esterelizado, que depois nos debates, se for o caso, prazerosamente, poderei me ater a que significa o leite esterelizado, como alternativa econômica e tecnológica, para a comercialização extensiva do nosso País.

Como o leite tem, Srs. Deputados, apenas 12 horas de vida, e precisa ser tratado, ou consumido ou industrializado, temos um impasse na industrialização, porque não temos capital, nem recursos suficientes para abrangermos as demandas da necessidade da produção, e não temos o consumo na mesma intensidade.

O consumo marginal — nos diz a economia — ninguém pode usar três pares de sapatos; ninguém pode usar quatro chapéus; ninguém pode usar quatro cintas; se o fizer será chamado de maluco e estará fora daquilo que seria margem normal de consumo.

Muito bem! Então, a capacidade não altera, mas o consumo sobe e nós então, ficamos numa decrepitude de safra e entressafra e não nos encontramos nunca.

E aí, duas alternativas: o leite em pó, que se tira a água e que se joga o extrato: seco, proteínas e lactoses para serem reidratadas ou absorvidas em outras formas e dietas, para frente, na entressafra; e também o leite esterelizado, que leva de 12 horas para 90 dias, ou mais, o consumo do leite, possibilitando à nossa criança não dizer: "Moço, dá-me um copo de leite".

Srs. Deputados, muito obrigado!

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo privilégio que nos concede esta Casa de aqui estarmos, humildemente, trazendo estas inquietudes que trazemos, ou cremos ser, de alto alcance e importância, para economia, saúde e, acima de tudo, sanidade de nossos filhos e um reerguimento para dizermos “não” à “capitis deminutio” de nossa própria criança.

Muito obrigado!

Estamos às ordens, Sr. Presidente. — (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, como tem sido praxe neste Plenário, e considerando a disposição do ilustre Conferencista Dr. Arioaldo Ferraz Arruda, deixa aos Srs. Deputados a palavra para, pela ordem, se desejarem, argüirem o tema aqui abordado pelo Dr. Arioaldo.

O SR. DÁCIO LEONEL — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra, o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Inicialmente, gostaria de frisar, ao ilustre conferencista, Dr. Arioaldo Ferraz Arruda, que sua presença, hoje, nesta Casa, pela sua demonstração de coragem, de presença, de flama, de entusiasmo, e mais do que isso, da fé e de confiança no potencial do Paraná, faz com que, efetivamente, possamos sentir a gravidade do problema e a magnífica extensão da campanha que se busca no sentido da integração de nosso Estado como uma grande bacia leiteira nacional, para solução desse problema.

E devo dizer-lhe, Dr. Arioaldo Ferraz Arruda que a sua presença hoje nos traz, através das presenças ilustres que se encontram nesta Casa, representando a Sociedade Rural do Paraná, de dirigentes do Centro de Estudos Superiores de Londrina, de representantes da Sociedade Rural Brasileira, do Setor de Laticínios do Ministério da Agricultura, da Federação Nacional dos Carregadores do Café, do Sindicato dos Empregados do Comércio de Londrina, e tantas outras presenças aqui registradas, fazem com que sintamos que, efetivamente, é uma campanha que nasce com extraordinária possibilidade de êxito, dependendo, como bem disse o conferencista, da forma como posamos entendê-la, como posamos integrá-la, como posamos dela participar.

Sinto que não é uma campanha — como já disse o conferencista — de um líder. É uma campanha de um povo. É uma campanha de um País. No caso presente, o caso de nosso Paraná.

O Paraná, como já disse bem o nosso conferencista, vem apresentando aumento proporcional de ano a ano, na produção, mas que, dentro daquilo que preconiza a campanha, poderá ter mais que duplicada a produção e dando condições a que posamos ser um País auto-suficiente.

Mas é evidente, Sr. Conferencista, que, sempre ficam algumas indagações que talvez não sejam assim tão profundas, muitas vezes até, peculiares, mas, que podem, de qualquer forma, interessar num contexto, para exame do assunto.

Reuni, por exemplo, duas perguntas: uma delas no sentido de que possa nos informar, pela sua atuação como dirigente da Associação de Laticinistas do Paraná, qual o total de leite que o Brasil importa, por ano, porque me parece uma resposta que se precisa conhecer a fundo, tendo em vista o sentido da campanha. Esta pergunta seria ainda desdobrada, no sentido de que conhecêssemos quantas indústrias de leite em pó temos no Brasil, e, quantas delas podemos considerar como sendo brasileiras e, não, multinacionais.

Esta é a primeira pergunta que faço.

O SR. ARIOWALDO FERRAZ ARRUDA — Muito obrigado, eminente Deputado Dácio Leonel de Quadros, pelo respeito que há muito tenho por V. Ex.^a.

A pergunta, além de oportuna, ensaie-me a oportunidade de me ater a alguns dados que não mencionei, no afã da palavra que precedeu à sua pergunta.

O Brasil produz, aproximadamente, 120.000 toneladas; consome em torno de mais ou menos 240; quando não tem

para consumir, ou se importa, ou, não se consome. Pela diferença daquilo que se importa por aquilo que se precisa, os dados são os seguintes:

73 — 59.000 toneladas;

74 — 39.000 toneladas;

75 — 19.000 toneladas;

76 — 40.000 toneladas;

77 — 36.000 toneladas;

78 — já, 40.000 toneladas.

Então, este ano nós deveremos ir a 80.000 toneladas. Queira que não aconteça! Porque, ou nós não absorvemos este produto por não podermos importar, ou, importamos, pela necessidade de não arcarmos com as consequências do não consumo.

Muito bem. É um pouco contraditório, eminente Deputado, estes dados, sobre números absolutos — eu prefiro referendá-los, como números relativos mas, à mercê das informações oficiais, são estes os números. Dizem os técnicos mais entendidos, que chega a valores maiores o problema da importação, mas, se ficarmos nisto, já é um desastre! Apenas isto, já é um desastre! Se são 240.000 toneladas que nós consumimos, acima deste ponto nós precisaríamos o mínimo de 400.000 toneladas, no Brasil, para igualarmos aquelas 400 gramas. Se somos 100.000.000 de habitantes e estamos só com 120.000 toneladas. O Brasil possui 37 fábricas e estas fábricas têm em torno de 40%, nas mãos, de capital, eminentemente nacional — os demais, pertencem às multinacionais que, quer queiramos quer não queiramos, estão fazendo o papel para o qual não tivemos capacidade, ou, não quisemos, ainda, fazer. Eu me abstenho de citar os nomes delas por questão de ética mas uma delas possui, a maior, 75% do mercado consumido em leite e em chapas de flandres e 454 delas distribuídas no mercado, estão distribuídas em três Estados com uma capacidade de 3.600.000 toneladas, isto é, 3.600.000 litros de leite-dia-de-consumo. No entanto, nós podemos dizer que o leite em pó não é o termômetro, vejam bem, o perfil do diagrama, 72% do leite é consumido “in natura”. Na medida em que o País desenvolve a tecnologia, ele consome o leite, “in natura”; na medida em que ele vai tendo este leite, ele vai industrializando e, nós teríamos 28%, que se distribuiria: 7% de manteiga; 5,6 em queijo; 6,5 em leite em pó e 3% em outros produtos como o “yogurte”, requeijão, queijos de qualidades mais pastosas etc., etc.

Nós podemos dizer, que no quadro, apenas para ilustrar um pouco mais a pergunta, os três tipos de leite, A, B e C que nós temos, é o seguinte:

O leite tipo A é o leite que sai da granja, de vaca com tratamento veterinário, e análise microbiológica, controlada, pasteurizado em seguida, envasado no mesmo local da ordenha e distribuído num período não superior a 12 horas. Este é o leite A. Não temos condições de leite A pela óbvia razão de sermos um país extensivo e não termos condições de infraestrutura para dar uma forma de frota para cada rancho, para cada fazenda ou para cada produtor.

O leite B é um leite que possui as características de assepsia de controle já do úbere da vaca, do controle microbiológico e de até um índice perceptivo de coliforme que não deve passar a 400 colônias por ml, dá-se leite B, que, transportado em latões é levado para as usinas, pasteurizados e consumidos em período não superior a 72 horas.

E o leite C, é isso o que aí está, sendo o que nos sobra com oportunidade para ter um leite que, sendo o que nos dá, oferece a ordenha de uma forma tradicional que conhecemos, o tratamento tecnológico, por processos que conhecemos da pasteurização ou a esterilização e consumido também dentro do período de 72 horas, só que não há o controle fito-sanitário de rebanho produtor de leite.

Não sei se satisfiz a pergunta do nobre eminente Deputado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Dr. Ariovaldo, eu entendi, no aspecto da importação, que nós importamos cerca de 50% do leite consumido?

O SR. ARIOVALDO F. ARRUDA — Sim senhor.

O SR. DÁCIO LEONEL — Eu faria a seguinte pergunta: caso o Brasil feche a importação de leite, as indústrias de leite em pó serão capazes de suprir a demanda?

O SR. ARIOVALDO F. ARRUDA — Bom, é para isso que se estabelece um diálogo e uma campanha de produtividade. Nós precisaríamos de três anos e meio para chegarmos a esta auto-suficiência. É preciso dizer que vamos iniciar a não importação, porque, um cavalo correndo na raia, a grande velocidade, diz o bom senso que ele não pode parar. Se ele parar, vai o cavalo e o cavaleiro. Neste caso, nós deveremos então, adotar medidas gradativas de uma política global e eu tenho certeza e esperança que ela vai ser adotada, com soluções de base a nível de produtor, de indústria e comercialização, e então eu diria ao Senhor, o seguinte. Precisaríamos continuar a importar, para não arcarmos com a maior gravidade do não consumo, até que chegasse num prazo estipulado de dois ou três anos, que é a tese do Sr. Ministro da Agricultura, da auto-suficiência do leite no Brasil, que é possível.

O SR. DÁCIO LEONEL — Permita-me, Dr. Ariovaldo, apenas mais dois topicozinhos para encerrar a minha participação, porque certamente alguns colegas pretendem fazer perguntas. Uma delas seria no sentido: o que o Governo faz para incentivar a produção leiteira? e outra que diz respeito mais propriamente à campanha aqui lançada: qual o grau tecnológico que o Paraná possui para suportar essa campanha?

O SR. ARIOVALDO F. ARRUDA — Muito bem. O Paraná possui um invulgar trabalho feito pela ACARPA. São aproximadamente 1.006 técnicos, dos quais, 60% de alto nível, fizeram um trabalho de cadastramento e de aprimoramento a nível de produtor, porque é lá que começa a coisa de modo invejável. Esta é uma capacidade de mobilização extraordinária e tecnológica.

O segundo passo é o seguinte: nós temos, já em Londrina, uma unidade controladora e reguladora da produção, que é uma desidratadora, que está ampliando sua capacidade, ainda por certo este ano, que daria vazão ao fluxo desta produção que seria excedente.

Muito bem. A tecnologia hoje, do Paraná, significa uma capacidade instalada de ociosidade em torno de 33%, conforme dados feitos por técnicos do Banco de Desenvolvimento do Paraná, o BADEP, aliás, um trabalho de grande relevância. Essa capacidade instalada, usada como não está sendo, daria vazão a esta produção, daria condição de suporte à campanha.

Agora, o suporte básico da campanha é mais ideológico e de sensibilidade para acionar o sistema que aí está. Olha, nós temos aí um rebanho de vacas canadenses que estão no Paraná, trazendo de 4 mil a 5 mil e duzentos quilos de leite ano produção, quando a nossa capacidade é de 800 quilos por ano, na vaca que é de origem zebuína; então, o aprimoramento desse rebanho, medidas já foram tomadas; então, como fazer, como encaminhar — os meios aí se encontram. Eu digo em termos de Paraná, que é o que nos diz mais respeito e que nós estamos afetos a ele; é só intensificar e, intensificando, dar a ele o desaguamento necessário para mais dias para frente.

A outra pergunta do senhor...

O SR. DÁCIO LEONEL — É com referência a incentivos do Governo à produção.

O SR. ARIOVALDO F. ARRUDA — Pois não.

Eu posso dizer aqui que o Governo tem, sob todas as formas, procurado, em nível federal, solucionar o problema. Mas, eu lembro aqui uma palavra de John Kennedy, que dizia, permitam-me aqui, citá-lo no original: (profere a frase em inglês) isso significa o seguinte: "não me pergunte o que podemos fazer por você e pelo País, mas o que você pode fazer

pelo País". Nós não podemos esperar campanhas paternalistas. Mas, nós podemos, precisamos esperar e estimular campanhas vigorosas, e é a base vindo ao encontro do meio para chegar ao resultado. É a associação de massas em termos de posição da área afeta, para integrar uma campanha. Eu tenho certeza, que os instrumentos do Governo são hábeis e suficientes do ponto de vista financeiro, tecnológico, consciente do problema para equacionar. Bom, no Paraná, especificamente, eu gostaria de fazer uma ressalva, que a indústria de Londrina, existe em Londrina, pelo invulgar descortínio de homem público que é Sua Excelência o Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, porque não é vergonha dizer aqui, nesta tribuna, que chegamos dias em que tínhamos certeza que não levantaríamos como detentores do controle acionário no dia de amanhã. E Sua Excelência, através dos órgãos diretamente ligados a ele, encontros críticos e audiências incabíveis que nos concedeu, arranjadas nos fins de expedientes suados, tomou providências que deu ao Paraná uma indústria que aí está, que não é dos seus acionistas, que não é dos seus diretores, mas que não é nem do Paraná; é uma contribuição do Paraná já em 33 milhões de litros beneficiados.

Então, por esta exposição e por estes dados existe as nossas mãos, a tecnologia, a infra-estrutura suficiente para iniciarmos, é claro, depois viriam outros desdobramentos.

O SR. DÁCIO LEONEL — Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Convidado, representante da indústria Kamby S/A; demais autoridades representativas das classes produtoras de nosso Estado, e outros que aqui se fazem presentes.

Em primeiro lugar, como autor do requerimento de convite formulado por esta Assembléia, nos sentimos hoje, honrados em poder ouvir e apreciar matéria de tamanha importância para o povo e para a economia deste País. Para nós, a presença dos Senhores aqui é uma grande lição, pois veio nos trazer dados e elementos para que pudéssemos, a nível de Assembléia e a nível de representação política, que aqui fazemos também, ingressarmos na campanha, que não é uma campanha apenas da ALAPA, apenas da Kamby ou de outra usina qualquer. É uma campanha de todo o povo brasileiro interessado na auto-suficiência e na liberdade econômica deste País.

Mas, Dr. Ariovaldo, eu gostaria de, a princípio, fazer uma pergunta que talvez fuja até um pouco daquilo que é o objetivo principal da sua presença aqui, mas que no fundo se entrelaça. O jornal francês, no ano passado, publicou que a França havia feito uma importação de leite para consumo animal ao Brasil. E que no Brasil este leite havia sido usado para o consumo humano.

Eu gostaria de perguntar se o Senhor tem conhecimento deste caso, desta importação de leite para consumo animal que a França fez ao Brasil.

O SR. ARIOVALDO FERRAZ ARRUDA — Eu conheço o problema, sei a fundo e posso esclarecê-lo.

Quero agradecer ao eminente Deputado Scarpelini, não só pelo privilégio que nos deu por iniciativa própria de nos facultar esta vinda à Assembléia, bem como pelo enfoque que fez de matéria de alta relevância.

Existe o produto chamado Decavit, Sr. Deputado. Este produto é produzido na Holanda. Não se destina ao consumo humano e é impróprio ao consumo humano, inclusive pelas suas características de sabor, de coloração e inclusive de composição química orgânica deste produto. O que nos cabe informar, eu até endereçaria Vossa Excelência ao Dipoa, órgão fiscalizador e detentor de maiores informações sobre o assunto, de que o que foi feito foi uma controvérsia na importação de que um funcionário colocando como leite, ele não era leite, ele

era um produto originário do leite ou do soro de queijo que dá o Decavit para a alimentação de bezerro. E que aliás o Paraná já está desenvolvendo uma tecnologia para produzir esse mesmo produto, só que ao invés de ser de soro de queijo, será de origem vegetal, na base do soja. Para que o leite que fica no úbere da vaca, para o bezerro, venha para nós.

O que nos cabe informar aqui, um assunto à margem como o senhor mesmo frisou, do que nos preocupa neste instante, são estas as informações. Uma importação de Decavit que se destina a bezerro por uma controvérsia na formulação das pró formas, mas de que não se presta ao consumo humano porque é inviável. Ninguém pode comer abobrinha por laranja, é óbvio. Permita-me a exemplificação, simples, mas ilustrativa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Uma outra pergunta

que eu gostaria de formular: Quais as posições adotadas pelas sociedades no caso a Sociedade Rural do Paraná e a Sociedade Rural Brasileira, com respeito à matança indiscriminada de matrizes, que geralmente são efetuadas na entressafra e também efetuadas quase que em tempo permanente, porque nós temos lá em Apucarana um frigorífico que mata aproximadamente, abate 800 cabeças dia, que das 800 na maioria das vezes, em torno de 700, são matrizes. A Rural Brasileira se pronunciou através do seu atual Presidente, o Dr. Renato Ticolau Júnior, há questão de seis meses, quando ele ainda não era o Presidente, ele era Secretário me parece, da Rural Brasileira, e inclusive na oportunidade, nós também nos pronunciamos nesta Assembléia, a respeito do assunto. A Rural Paranaense e a Rural Brasileira, levou esta situação ao conhecimento das autoridades do Brasil. Houve, o Senhor tem conhecimento, de que houve alguma medida para conter esse abatimento de matrizes no Brasil? O senhor tem conhecimento disso, Dr. Ariovaldo?

O SR. ARIOVALDO F. ARRUDA — Eu gostaria de, mais uma vez, parabenizar o eminente Deputado, com perguntas realmente bem colocadas, e de um cunho absolutamente atual. Tanto é atual, que a "Folha de Londrina", nosso jornal do Paraná, com permissão do bairrismo e do Diretor aqui presente, estampa na primeira página, a declaração do Senador Fábio Brito, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, este assunto que ele aborda. O Frigorífico Tibagi, no Norte do Paraná, abateu num só período deste ano, 13 mil matrizes no abate. É preciso que nós sejamos coerentes com uma porção de coisas. O primeiro aspecto é o seguinte:

Vivemos num país de livre economia, que por sua vez, tem que ser plasmada numa política que leve a resultados homogêneos e integrados. Agora, é mister se dizer, que o Brasil tem pressa de fazer as coisas. E nesse afã, algumas das coisas mais por omissão do que por comissão, são impostas, às vezes, por óbices resultantes da própria economia. Eu não sei se estou sendo bem claro, mas gostaria de exemplificar.

Se eu tenho uma matriz, preciso pagar os meus compromissos, e não tenho dinheiro, eu tenho que, ou abater essa matriz ou vendê-la para quem possa comprar. Se o produtor não tem para quem vender, por qualquer razão que não vem ao caso, aqui, simplesmente exemplificando. Ele tem que endereçar isso, a um órgão que possa financiá-lo, e aí é então, que estamos defendendo esta tese, ou então mandar para o abate, aí, a coerência com que analisamos esse "background".

Do que me cabe informá-lo, não estou autorizado e nem conheço qual a posição da Sociedade Rural do Paraná, da Sociedade Rural Brasileira, nem tão menos, da Confederação Nacional da Agricultura.

Mas, eu posso garantir uma coisa, de que são homens que lá se encontram, desejosos de coordenar uma política uniforme de ação, para que isso não ocorra. Agora, se a posição é favorável ou contra, lamentavelmente, eu não poderia informar Vossa Excelência. Num outro ângulo de enfoque, é óbvio de que, se pudermos ter as matrizes reaproveitáveis, muito bem, deve se dizer aqui que uma vaca tem vida útil de dez anos e de produ-

tividade de oito, começa a produzir aos quatro. Isto é começa-se produzir economicamente, da quarta cria para frente. É óbvio que temos que matar essa vaca um dia.

E a grande pergunta é a seguinte: qual percentual deste rebanho, abatido de fêmeas, é de vacas que já prestaram serviços, e de vacas que ainda são produtivas. Eu confesso que não tenho esses dados, mas é matéria de alta importância, e quero parabenizar com Vossa Excelência, por já ter abordado desta tribuna, este assunto. E é matéria para debruçarmos e levarmos inclusive, como uma das integrantes teses desta campanha.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Dr. Ariovaldo,

eu apenas gostaria de agradecer ao senhor, pela objetividade das respostas, que também dá a esta Casa, e gostaria de, nesta oportunidade, perguntar se, do consumo interno do leite, qual a percentagem usada do leite, no consumo direto. E qual a percentagem para os produtos derivados do leite que são utilizadas no momento no País, ou mais propriamente no Paraná, de subprodutos?

O SR. ARIOVALDO F. ARRUDA — O que eu posso dizer ao

Senhor é o seguinte: do global da produção de leite, devo ter aqui nas anotações esta informação para o Senhor, do potencial produzido, e em termos estatísticos, o Senhor tem que partir sempre para a análise de dados, de conteúdo a relativo, e não analisar a estatística como detentora de dados absolutos; daí nós nos estrepamos nas conclusões que vamos fazer.

Então, ao dar estes números ao senhor, eu estaria dizendo que isto é teoricamente.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Em tese?

O SR. ARIOVALDO FERRAZ ARRUDA — Em tese, ou como se costuma dizer, por amostragem. Do global de produção, é válido para Pernambuco e para o Brasil, para o Paraná e para Londrina, para Curitiba e para Castro. 72% sai do úbere da vaca, sofre industrialização e vai para consumo. Destes 72%, eu acrescentaria para o senhor, a título de ilustração, que o Paraná consome só 60 dos 72%, 40% vai para São Paulo, porque o Paraná não tem capacidade de consumo, na época da safra. Os subprodutores ficariam com o majoramento de 28%.

Destes, o senhor teria 7 por cento para a manteiga, que permanece dos 3,7 por cento teórico, dos sólidos totais inerentes ao produto gráxico do leite, que seria a água que sairia com 87% o que sobra são sólidos totais, destes aí nós teríamos 11,7% para a manteiga, desculpe, 6,6% no queijo, 6,5% no leite em pó e 3% para outros produtos.

Agora, eu posso passar ao senhor são números exaustivos, e que sabe até cansativos, mas eu tenho aqui percentuais referentes ao leite fresco, leite pasteurizado, leite parcialmente desidratado, leite desidratado, em pó, manteiga, queijo, iogurte etc., em índices que depois se houver interesse, prazerosamente colocarei estes documentos nas mãos do senhor. Então, são 72%, com 28% para a industrialização.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Dr. Ariovaldo, eu tenho mais uma pergunta e talvez a última a fazer. A FAO, estudando o problema, chegou à conclusão de que é necessário para o consumo de 400 gramas "per capita". Qual a média de consumo hoje, no Brasil? O senhor poderia me dar sintetizado isto?

O SR. ARIOVALDO F. ARRUDA — 200 gramas.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Quer dizer que a metade daquilo que a FAO já, praticamente, determinou que seria o suficiente para uma boa alimentação.

O SR. ARIOVALDO F. ARRUDA — Não, é um pouco inverso.

A FAO disse que o peso mínimo, que daí para baixo seria nada, são 400 gramas.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 400 gramas é o mínimo?

O SR. ARIOVALDO F. ARRUDA — É o mínimo e o aceitável. Nós estamos na metade do mínimo.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — É uma resposta que realmente vem mostrar que o nosso País, o povo brasileiro é um povo subnutrido e, talvez, até mal orientado neste aspecto, porque, muitas vezes, até aqueles que têm condições para o consumo normal, ficam no mínimo, como o senhor está dizendo.

E era esta a nossa última pergunta. E nos queremos, na oportunidade, mais uma vez, agradecer a honra que os Srs. estão nos dando hoje aqui. E esta Casa se coloca à disposição para também participar nesta luta que, como já disse, não é apenas dos interesses das usinas e dos produtores. É sim do interesse de toda a coletividade paranaense e de toda a Nação.

Nós agradecemos e dizemos aqui que estamos sensibilizados pelo problema que hoje o senhor nos coloca uma vez mais a par, para podermos debatê-lo e levar adiante.

O nosso muito obrigado e com a palavra para a sua despedida.

O SR. IVO THOMAZONI — A Presidência, ao encerramento desta conferência, determina ao Departamento Legislativo, faça publicar no Diário Oficial da Assembléia Legislativa, a conferência aqui pronunciada pelo Dr. Ariovaldo Ferraz Arruda, e os debates que a ela se seguiram. E que os exemplares do Diário Oficial da Assembléia sejam posteriormente distribuídos, não só aos Srs. Parlamentares, mas a todas as entidades que, de uma ou de outra forma, possam estar interessadas no desenvolvimento da campanha que visa proporcionar maior volume de produção de leite no Estado, e, em última análise, no País.

Deseja a Presidência, em nome desta Casa, agradecer. E o faz penhoradamente ao Dr. Ariovaldo Ferraz Arruda, que nos deu, além das metas bases da campanha nesta sua extraordinária conferência, nos deu, como disse, a possibilidade de aquilatarmos a grandeza do movimento que, S.S. no Norte do Estado, desencadeou. E que visa proporcionar, não só o melhor nível de alimentação para a coletividade brasileira, mas e principalmente, visa encontrar um ponto de equilíbrio para os interesses da nossa economia.

Fique certo, Dr. Ariovaldo Ferraz Arruda, que as palavras aqui tão bem postas por Vossa Senhoria, e de uma forma tão vibrante e até abaixo nada de quem se sente estar totalmente dentro do problema, haverão de encontrar eco. E haverão de ter o respaldo dos representantes do povo que aqui estarão sempre, para, recebendo as sugestões ou as solicitações, para engajarem-se nessa campanha.

A Presidência portanto, agradece penhoradamente a presença de Vossa Senhoria, e lhe concede a palavra para, se desejar, concluir a sua conferência.

Muito obrigado.

O SR. ARIOVALDO FERRAZ ARRUDA — Muito obrigado, eminente Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Ivo Thomazoni, muito obrigado eminentes debatedores, Deputados presentes a esta sessão que, de forma tão carinhosa, meiga e compreensiva nos tolerou nestes minutos que aqui estivemos, mais do que nunca com o propósito de trazer uma palavra, não nossa, mas, isto sim, de uma economia e uma preocupação ampla para o nosso Estado, para o nosso Brasil e para todos nós.

Ao agradecer, ao terminar, trago comigo uma ilustração que gostaria, com a permissão dos Srs. Deputados e nobres amigos que aqui nos acompanham, de citá-la e assim encerrar.

Dizia alguém que era capaz de realizar uma grande empreitada. E essa tarefa, a essa jornada, e esse desafio, era com que, naquela extraordinária cascata do Niágara, foz Estados Unidos com o Canadá, fazer a travessia de um ponto ao outro, por cima de um arame. Como bom equilibrista, começou a realizar os treinamentos no quintal de sua casa. E o entusiasmado vizinho e o consciente vizinho, dizia que “ele era um homem habilidoso e capaz e que sua empreitada, campanha, jornada desafiadora, era possível.” Ele dizia: “meu vizinho, você vai conseguir

atravessar para o lado de lá. Você vai conseguir ir para o estado do de lá e voltar”. E o equilibrista dizia: “mas você tem certeza que eu vou conseguir?”

“Mas é claro, eu estou vendo, estou sensibilizado, estou sentindo, fere profundamente a mim e aos meus, não tenho dúvidas que o senhor vai conseguir”.

A banda, o povo, a praça, as entidades de classe, os homens de governo, os discursos, todos criam, todos aplaudiam.

E então, aquele jovem treinado, volta para seu vizinho e diz: “Meu vizinho, você crê nesta campanha, você crê nesta jornada?” E ele disse: “Eu creio, eu confio, e eu ajudarei você nesta campanha”.

Então ele diz: “Meu vizinho, não vou atravessar o Niágara à foz com o bastão costumeiro, mas atravessarei com carrinho de mão, e convido você para sentar nesse carrinho”.

Concluiria dizendo: convido meus nobres e eminentes Deputados, companheiros e amigos, a sentarem neste carrinho e correrem o risco da vitória.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Palmas) — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência agradece a presença do Senhor conferencista e demais pessoas gradadas que estiveram nesta sessão, e solicita ao Sr. Deputado Dácio Leonel que acompanhe o Dr. Ariovaldo Ferraz Arruda, enquanto S. S. permanecer no recinto desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cidade de Paranaguá, o Porto do nosso Estado, encontra-se, atualmente, nas manchetes dos principais jornais, não só do nosso Estado, como de jornais de expressão do Rio, São Paulo e Brasília.

Isso tido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em função do problema social que, cada vez mais, grassa naquela cidade.

Nós fazemos coro com o Sr. Presidente do Centro do Comércio de Café de Paranaguá, Sr. Jocy Antônio Silva, que já teria solicitado ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, e dos Ministros das áreas econômicas, o retorno dos 5 centavos de libra-peso, para efeito de registro de cafés exportados pelo Porto de Paranaguá.

Como sabem os Srs. Deputados, o exportador, ao registrar os cafés que devam ser exportados pelo Porto de Paranaguá, ou Porto de Santos, o registro é o mesmo. O diferencial que se pretende seja restabelecido no Porto de Paranaguá, restabelecido porque, em anos anteriores, Paranaguá tinha esta vantagem, os cafés exportados pelo Porto tinham uma isenção de registro, de 5 centavos por libra-peso, o que vale dizer, cada saca de café pesa 132 libras-peso, o que significa que havia uma vantagem de 6 dólares e 60 centavos por saca de café exportado pelo Porto de Paranaguá, ao valor de 17 cruzeiros e 90 centavos por dólar-café, que é o quanto vale o nosso café, então os exportadores tinham uma vantagem de 118 cruzeiros e 50 centavos.

Como medida prática, como medida objetiva e concreta, a única coisa que, entendemos, possa minorar o problema social de Paranaguá, seria o retorno deste diferencial de registro. Muito fácil conseguirmos isto, do que insinuarmos às autoridades federais e governamentais, para que se decrete o estado de calamidade pública naquela cidade. Com isto, Srs. Deputados, nós teríamos uma mão-de-obra se não farta, razoável, no Porto do nosso Estado, e neste momento, estamos fazendo um apelo ao Sr. Presidente do IBC, Sr. Camillo Calazans, e a todos os Ministros que atuam na área econômica, para que, mesmo que seja em caráter excepcional, mesmo que isto cause contratempo ao IBC com póstumos de vitória, que talvez entendam também, ser justa a medida, para aquele Porto, mas, se não estabelecermos um diferencial entre o Porto de Paranaguá e o Porto de Santos, a maioria dos cafés produzidos pelo nosso Estado

fatalmente serão exportados pelo Porto de Santos. Se não dermos uma vantagem ao exportador, condições outras não teríamos de, forçar o exportador a exportar pelo Porto de Paranaguá.

O nosso requerimento, vazado nos termos em que já disse aos Srs. Deputados, consiste exatamente na tese de advogarmos, com absoluta firmeza de espírito, o retorno do diferencial de registro.

Diante da situação que reina no Porto de Paranaguá, não vemos outra solução, a curto e a médio prazo. Esta é a única solução que se nos apresenta, e depende exclusivamente do Poder Federal e do Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

A ele, o nosso apelo, desde que assim entendam os Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência registra, com satisfação, a presença neste Plenário, do Sr. Deputado Federal Cleverson Marinho Teixeira, a quem deseja uma boa estada entre os parlamentares estaduais.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Manipulando a opinião pública a quase um ano, o Governo e a Arena, ensaiaram um triste e melancólico papel, nas tão decantadas reformas constitucionais.

Nem ao mais desatento dos brasileiros passou despercebido o esforço do Presidente, em querer impingir à Nação que o projeto das reformas foi elaborado por iniciativa e autoria da Arena.

Querer fazer crer a todos a capacidade e ousadia da Arena para propor reformas, só pode ser uma vã tentativa de caçar e cabalar votos. A Situação nunca pediu, e muito menos exigiu qualquer abertura, pelo contrário, a Arena é a responsável direta e exclusiva, pelo obscurantismo e arbítrio que a todos afeta. Foi a Arena que aprovou a Lei Falcão e foi a Arena que justificou o "pacote de abril", como é a Arena que não quer extirpá-lo da nossa triste história política.

Nem o governo, que usa e abusa dos meios de comunicação, burlando uma lei que parece existir apenas para impedir os que se opõem, conseguirá justificar que as frágeis propostas de abertura são obras da Arena. Não conseguirá porque a cena montada para entregar as "reformas" ao General Presidente, transmitidas ilegalmente em cadeia nacional, de rádio e TV, foi imediatamente desmascarada pelos próprios arenistas entrevistados pela imprensa, que desatentos e em coro unânime e uníssono, afirmaram estarem "surpreendidos pelo avanço do governo em ir além da expectativa", deles arenistas.

Daí porque ficou a indagação: Ora, se o Governo diz que foi a Arena que propôs as reformas, como podem os arenistas mostrarem-se surpresos com o "avanço do Governo"?

Realmente, a cena desmontou-se por inteiro, porque não foi a Arena que propôs coisa alguma.

Todos sabem que o maior partido do ocidente não popõe e não decide coisa alguma. Todos sabem que a Arena apenas homologa aquilo que o Governo decide e propõe.

Tão pouco alegue-se que foi por liberalismo, com que o sistema tenta convencer a opinião pública de que a partir de 1.º de janeiro vamos ter a mais avançada das democracias.

A propósito disso, é bom ler parte do editorial da "Folha de São Paulo":

"Esquecem-se os arenistas, que hoje acenam como um primeiro passo no caminho da redemocratização, que afinal estão desmanchando um nó cego, dado por eles mesmos.

Na realidade, o governo tenta desfazer o que ele próprio fez e ao afirmarem que as reformas anunciadas acabam com o regime de arbítrio, outra coisa não estão confessando, senão que acabam com o arbítrio sempre negado por eles, mas afinal, im-

posto ao País por eles".

O Governo não está dando nada de presente a ninguém, o pouco que as reformas propõem é apenas parte da conquista de 14 anos de luta ingente e regada com sacrifício de sangue e dor de muitos brasileiros.

O Governo não dá, o governo teve que ceder à pressão e à exigência da Nação que clama e exige liberdade. O próprio governo anseia que a Oposição dê legitimidade à sua tentativa de mudar de nome o arbítrio. E isso, ou seja, de o Presidente pedir publicamente que a Oposição vote nas débeis concessões reformistas, é porque o próprio governo sentiu que o seu partido já não tem mais autoridade moral de legitimar qualquer abertura. Quem sempre permitiu o endurecimento não pode defender a distensão. Sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a verdade é esta, nua e crua, o maior partido do ocidente não tem a menor moral de falar em redemocratização, porque, muito embora seu programa defenda eleições diretas e sua cúpula queira enganar a opinião do eleitorado brasileiro, fazendo crer que defende uma reforma ampla e democrática, no Congresso Nacional, coloca-se contra a proposta do Senador Franco Montoro, que visa replantar, já e agora, as eleições livres e diretas neste País.

O governo faz chantagem com o eleitorado ao querer que o pouco dado, só vigore depois das eleições. Aqui está a incoerência do Governo e do Partido Situacionista:

Se admitem que vivemos sob o arbítrio, vale dizer sem condições de liberdade, como podem considerar legítimas as eleições de novembro próximo, se estas vão se ferir num estado de exceção que cerceia em tudo e a todos os que se opõem ao sistema? Que liberdade é essa que tem prazo fixo para ser fruída e gozada? Que abertura é essa, se a única participação que se exige do MDB é como por ocasião da reforma do Judiciário, a conestação através do melancólico e triste "sim". Dizer sim a estas reformas não é legitimá-las, mas trair a sociedade civil ansiosa de participação. Dizer sim é negar a vocação democrática do povo brasileiro, é capitular da luta corajosa que amplos setores das nossas forças armadas já demonstram em clara definição para alinharem-se contra e a favor do cessamento da ditadura.

E, a respeito disto, me louvo, ainda, num jornal de hoje, sob a manchete — OAB reclama o fim do arbítrio e continua a luta.

Confia a Ordem dos Advogados do Brasil, que o Congresso Nacional, em gesto de grandeza e independência, sem que o imobilizem rivalidades partidárias, corrija as imperfeições do projeto e elimine o arbítrio, cujo resíduo permaneceu, embora abrandado, em seu conteúdo. Todos os advogados brasileiros, em demonstração de unidade e amor ao País, devem continuar civicamente, atuantes, para que na contínua ampliação do processo de conquistas democráticas, o País recupere a sua entidade de povo livre.

Esta declaração, foi emitida ontem por unanimidade pelo Plenário do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil que, sob a Presidência do Professor Raimundo Faoro, tomou posição sobre o projeto de reformas políticas; e, cumprindo outro item da pauta, pediu elaboração de uma nova lei de Segurança Nacional.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, podemos afirmar que, quanto às reformas propostas, evidentemente, não satisfazem. Atendem uma reivindicação apenas elitista e não aos autênticos interesses do povo brasileiro — a grande vítima do regime absolutista e ditatorial.

A propósito é bom e conveniente destacar o manifesto de líderes sindicais, reunidos recentemente em Belo Horizonte:

"Em meio a essas sugestões de reformas, que só atendem aos interesses dos grupos dominantes, é preciso que se diga que a exigência número 1 das entidades sindicais de trabalhadores é a plena liberdade sindical".

Que dizer da mensagem das reformas se nem uma vírgula se refere aos trabalhadores e muito menos à liberdade sindical?

Que dizer das reformas, se a ordem social e econômica ficou esquecida nas gavetas da missão Portela?

Que dizer da democracia se a concentração de renda continuará a sua escalada catastrófica, criando mais e mais condições objetivas para regimes totalitários e extremistas?

E, como disse o jurista Sobral Pinto:

“Isso é uma tapeação para o povo, acreditar que vai haver reforma e aceitar a votação da Arena”.

Porque trocar o nome do AI-5 por “emergência” ou “salvaguarda” é pura tapeação. Não “cassar mandatos eletivos” mas manter o parlamentar proibido de usar a televisão, não é abertura, mas refinado obscurantismo. Permitir a criação de “novos partidos”, mantendo o estudante afastado da vida política da Nação, não é redemocratizar, mas fazer-se ostensiva e abusivamente dono dos destinos da Pátria.

Falar em abertura democrática e cessamento do arbítrio com uma draconiana “Lei de Segurança Nacional” é “querer tapar o sol com a peneira”.

Estão redondamente enganados aqueles que pensam que podem impedir a conquista da liberdade brasileira, distribuindo migalhas do poder absolutista que permite a uma minoria corrupta, locupletar-se com o suor e o sacrifício de toda uma nação.

Estão enganados os que acreditam que com intensa propaganda conseguirão engambelar a opinião pública, patrocinando magras e esfarrapadas reformas, se não até piores que o próprio AI-5.

Os que tudo podem, não conseguirão turbar a consciência jurídica da Nação, que clama por uma constituinte.

Os que tudo podem, não poderão frear a marcha do povo, ao manterem com as pretendidas e falsas reformas as oligarquias no Poder.

Os que tudo conseguem, desta vez, não farão o costumeiro carnaval da ilusão pública com uma pobre marchinha de remendos reformistas”.

E, a propósito disto, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, define-se: “As salvaguardas, tal como foram fixadas, transformam um fato policial em político. Isso é uma coisa realmente de muita gravidade porque o próprio Chefe do Executivo, no momento em que houver perturbação da paz social ou da ordem pública, será pressionado para exercitar medidas tão drásticas, as que normalmente os delegados de polícia de qualquer distrito resolvem. Passou, assim, ao Presidente da República, uma atribuição altamente nefasta a ele próprio. Imaginem se, naquele episódio do Paraná, da prisão daqueles professores, o Presidente da República houvesse decretado uma medida de emergência. Ele teria, simplesmente, incorrido no ridículo nacional e universal”.

“Poderão é verdade, com a maioria arenista aprovar sem mexer numa só vírgula da proposta, como humilhanteramente tem se comportado o maior partido do ocidente, mas isto não cessará e nem diminuirá a irreversível disposição de buscar a qualquer preço a liberdade para a Nação brasileira.

A Frente Nacional de Redemocratização continuará a luta até aqui encetada e sustentada pelo MDB. Agora não são mais os políticos da Oposição que contestam o arbítrio, agora somos todas as forças vivas e conscientes deste País que pressionam o despotismo governamental. Agora somos emedebistas e arenistas conscientes, agora somos políticos e militares, somos trabalhadores e empresários, somos professores e estudantes, religiosos e intelectuais, homens e mulheres, jovens e adultos somos enfim a consciência e a força deste Brasil que quer e exige democracia sem prazo fixo para ser livre, sem biônicos para haver legitimidade, sem donos para o poder ser do povo e pelo povo”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao

Sr. Deputado José Muggiati Filho, para falar no horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Proclamar que o Projeto de Reforma Constitucional, remetido ao Congresso Nacional pelo Presidente Ernesto Geisel, constitui o “aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas”, é erro tão palpável quanto negar-se-lhe a devida importância na reconquista da vida democrática para o País.

Neste último decênio nossas instituições democráticas regrediram, numa influência tão desconcertante que até na Justiça passou-se a sentir tais reflexos, notando-se seus efeitos na aplicação pragmática da lei, por vezes, sem atender para o sentido humano que deve caracterizar todas as decisões.

Não representamos, politicamente, modelo algum. Nem próprio nem adotado. Existe e se alonga uma Revolução, não no sentido literal em que possa ser entendida, mas na sua expressão configuradora do direito da força, imposto pela violência latente das armas. É o que precisa ficar bem claro: revolução, nestes termos, não pode nunca se constituir, ela própria, em modelo político. Como afirmou RUY, ao abordar o papel que lhe está reservado,

“Onde, pois, a revolução? E que é a revolução?”

Juridicamente, revolução é a destruição da ordem. Mas, também, juridicamente, a ordem é a lei. Logo, juridicamente, na destruição da lei é que consiste a revolução.

Revolucionários são os que se revoltam contra a legítima autoridade. Mas a autoridade legítima é a autoridade legal. Mas, ainda, a autoridade legal é a que observa a lei. Logo, se autoridade não guarda a lei, não é legítima. Logo, em não sendo legítima, não serão revolucionários os que contra ela se levantarem”.

Na realidade, não devolvendo o poder ao povo e não mantendo em sua plenitude as instituições vigentes no regime constitucional e democrático de 1946, a Revolução esmagou o modelo existente, ao invés, como seria de se esperar, de remover as ameaças que o cercavam.

Está claro que não se pretende construir uma democracia pensando-se em transformar “princípios abstratos em regime”, como afirmou o Presidente Ernesto Geisel.

O que parece de todo inaceitável, mormente nos dias em que vivemos, é que se qualifique de abstrata a vontade do povo, suas aspirações, que, ao contrário, são concretas, constituem fatos notórios, vividos e, muitas vezes, sofridos pelo povo.

Por consequência, quando se trata de impor a vontade popular, traduzida na sua maioria absoluta, não se pode negar a vigência de plenitude democrática.

Nem pode interessar a alguém, por outro lado, senão ao próprio povo que detém o poder decisório, se o seu modo de agir, ou o princípio de direito por ele adotado, tem precedência noutros povos.

O Direito, a rigor, não tem limites territoriais e limitá-lo na sua força constitui atentado à ordem jurídica.

Não pode o Direito servir para separar, mas para unir os povos; nem é privilégio de nação alguma: é uma ciência para cuja evolução devem, isso sim, contribuir todos os povos cultos e livres que habitam a Terra.

Por ventura, não é a mesma legislação cambial que, hoje, tem vigência no Brasil e em mais vinte e seis nações, adotada pela Convenção de Genebra sob a denominação de Lei Uniforme Relativa às Letras de Câmbio e Notas Promissórias?

Porque, então, este acentuado, injustificado e deliberado escrúpulo do Sistema de que — “não busca na experiência de outros povos, de maior cultura e já desenvolvidos, plenos poderes para emergências”, como está expresso na recente Mensagem Presidencial, “ao contrário procura distinguir situações, limitando o espaço sob ameaça ou atingido por perturbação, para evitar se estendam restrições das garantias constitucionais”.

Na realidade, os limites existentes no artigo 156 do Proje-

to são vulnerados pelo artigo 155, que o antecede, e que coloca em mãos do Presidente todos os poderes que ele somente teria com a decretação do estado de sítio, inclusive a busca e apreensão domiciliar, a suspensão da liberdade de reunião e de associação, censura e detenção em locais ignorados.

No entanto, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, da qual o Brasil é um dos países signatários, preceitua, em seu artigo 9.º, que — “Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.”

Mas, preferiu a ilustrada Mensagem escudar-se em meras afirmações, estas sim, abstratas, pois nenhuma constituição democrática permite tão frontal ataque ao direito individual.

Essa pretensão vem, até certo ponto, invalidar uma grande conquista de todas as nossas classes sociais com a derrogação dos atos institucionais, especialmente do AI-5.

A vigência da chamada “Lei Falcão”, que se projeta nas eleições como uma tortuosa senda protetora das ambições partidárias do oficialismo, ficará aí, entretanto, a enodoar toda e qualquer reforma no campo político.

É inconcebível uma reforma política em que não sejam restabelecidos todos os meios de comunicação aos partidos e seus candidatos. Não só porque um dos partidos serve-se da propaganda maciça e indireta dos atos governamentais, do que se usa e abusa, como, também, impede-se o povo de melhor aquilatar dos programas partidários e do pensamento político de seu candidato.

Por outro lado, ainda, sabe-se que as eleições diretas são características essenciais do regime democrático, salvo os casos de escolha indireta que tenham sido determinados pela vontade do povo, na elaboração constitucional.

O mais repisado argumento dos defensores de eleições indiretas é o de que o povo brasileiro não está qualificado para escolher seu Presidente e Governadores.

Em resposta a tais objeções ao sistema democrático, vale repetir a afirmativa de Lord Russel:

“Quando ouço falar que um povo não está bastante preparado para a democracia, pergunto se haverá algum homem bastante preparado para ser déspota.”

Encaminha-se ao Congresso Nacional, agora, às vésperas do pleito, a reforma constitucional, a ser elaborada por representantes do povo em fim de mandato e lutando, cada um deles pela sua própria eleição.

A pretensão do MDB, de que esta eleição fosse marcada pela atribuição aos eleitos de se organizarem em Assembléia Constituinte, não alcançou eco junto ao Poder.

Para tanto, a Lei Falcão seria substituída por lei disciplinadora do direito de ação política, coibindo-se o abuso de propaganda, a impertinência dos conceitos, o uso inaceitável do vernáculo, a ofensa, e, dentro do possível, a demagogia.

A vigência de uma nova Carta, mesmo de elaboração de uma Assembléia Constituinte, ficaria condicionada ao referendo popular, sem o qual, a seguir, posteriormente, nenhuma emenda à Constituição, que se seguisse, entraria em vigor.

É o único meio de se manter um regime democrático e criar-se um modelo político.

Finalmente, como ponto de relevância, entre outros, poderíamos citar a atualização da estrutura dinâmica do Poder Judiciário, face ao papel que lhe cabe, como órgão do poder, na vigência dos institutos de direito e das instituições democráticas.

Sem uma Justiça Eleitoral própria, e não improvisada, como a atual, que se mobiliza às vésperas dos pleitos em prejuízo da justiça comum, a legislação eleitoral terá sua aplicação seguidamente comprometida. Há de se dar condições integrais a que, na aplicação da lei, o juiz atenda aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem-comum.

Não parece existir outro caminho para se atingir o pleno

Estado de Direito, sem o qual não existe democracia.” Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto à liderança da Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja ocupar o espaço de tempo que lhe é reservado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda à Constituição Estadual, apoiada regimentalmente, constitucionalmente, constante do expediente. — Recebida. Será publicada no Diário da Assembléia, em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 171/77, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CAMBÉ”, com sede e foro na cidade de Cambé. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 171/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CAMBÉ, com sede e foro na cidade de Cambé.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Luiz Alberto Oliveira,

Relator.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deferiu.

(Faz soar os tímpanos)

(É procedida a chamada nominal para constatação de “quorum”).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Responderam a chamada nominal 28 Srs. Deputados. Há “quorum” para prosseguimento da sessão e conseqüente votação.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 27/78, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IBIPORÃ, com sede e foro na cidade de Ipirorã. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 27/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IBIPORÃ, com sede e foro na cidade de Ipirorã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 33/78, que outorga ao Desembargador FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO, o título de Cidadão Benemérito do Paraná. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 33/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica outorgado ao Desembargador FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO, o título de Cidadão Benemérito do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 37/78, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E HOSPITALAR DE CONTENDA, A.B.H.C., com sede e foro na cidade de Contenda. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 37/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E HOSPITALAR DE CONTENDA — A.B.H.C., com sede e foro na cidade de Contenda.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 38/78, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 130/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento, e intervenção de órgãos que especifica, e o Município de CAMPO LARGO, objetivando aplicação de recursos do Adicional de Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 38/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de fevereiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a intervenção da Secretaria das Finanças, da FAMEPAR e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, e o Município de Campo Largo, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 39/78, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 132/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a intervenção de órgãos que especifica, e o Município de PIRAQUARA, objetivando aplicação de recursos do Adicional de Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 39/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de fevereiro de 1978, entre o Governo do Estado do

Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a intervenção da Secretaria das Finanças, da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, e o Município de Piraquara, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 40/78, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 133/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e intervenção de órgãos que especifica, e o Município de QUATRO BARRAS, objetivando aplicação de recursos do Adicional do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de fevereiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a intervenção da Secretaria das Finanças, da FAMEPAR, e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, e o Município de Quatro Barras, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 41/78, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 136/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a participação da Secretaria do Planejamento e intervenção da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de CAMPO TENENTE, objetivando aplicação de recursos do Adicional do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 41/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de fevereiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a intervenção da Secretaria das Finanças e da FAMEPAR, e o Município de Campo Tenente, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 42/78,

Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 138/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de GUARAQUEÇABA, objetivando aplicação de recursos do Adicional do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 42/78.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de fevereiro de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria das Finanças e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, e o Município de Guaraqueçaba, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 43/78, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 140/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ARAUCÁRIA, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços, objetivando o desenvolvimento urbano do município signatário. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 43/78.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de fevereiro de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Araucária, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços voltados ao desenvolvimento urbano do município signatário.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 53/78, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 128/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 53/78.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de fevereiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Almirante Tamandaré, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data

de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 20 de junho de 1.978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/77, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de PALMEIRA, parte do imóvel que especifica. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — **COM SUBSTITUTIVO GERAL. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61/78, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública a “ESCOLA PROFISSIONAL E SOCIAL DO MENOR”, da cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 75/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 65/78, que dispõe sobre créditos tributários pertinentes ao imposto de operações relativas à circulação de mercadorias, na forma que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **COM EMENDAS. — EM REGIME DE URGÊNCIA. —**

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. — **Aprovado.**

Em votação a Emenda n.º 3. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 4. — **Aprovada.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 44/75, ex-Proposição n.º 160/75 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, objetivando cumprir dispositivos do Colégio Nacional de Trânsito, na área do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193/74, de autoria do ex-Deputado ANTÔNIO MACIEL FILHO, que denomina “ESTRADA DOS PIONEIROS DO PARANÁ”, a rodovia que liga Mauá — Ivaiporã. Com Pareceres da C.C.J., pela prevalência deste projeto ao de n.º 172/77, opinando pelo arquivamento do Projeto de Lei n.º 172/77 e FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade. — (Anexo Projeto de Lei n.º 172/77, e autoria do Deputado OSVALDO MACEDO, versando sobre mesmo assunto).

Havendo dois projetos de lei que versam sobre a mesma matéria, um apresentado em 1974 e outro apresentado em 1977, a Presidência como de praxe, coloca em discussão, prioritariamente, o projeto anteriormente apresentado nesta Casa. Em votação o Projeto de Lei n.º 193/74. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Em consequência, determina o arquivamento do Projeto de Lei n.º 172/77, prejudicado com a aprovação do projeto acima votado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 48/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 11/78, ex-Proposição n.º 96/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de MARILENA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 37/78, ex-Proposição n.º 123/78 — aprova Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PRESIDENTE CASTELO

BRANCO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 53/77, ex-Proposição n.º 260/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de UIRATÁ, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 139/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços tendentes ao desenvolvimento urbano do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.—Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/76, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Instituto de Terras e Cartografia, área de Terras com 121 Hectares aproximadamente, reservadas como Patrimônio histórico do Estado, no lugar denominado RUINAS DE SANTO INÁCIO, Município de Santo Inácio e dá outras providências. — Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.L.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 136/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Instituto de Terras e Cartografia, a área de terras, 121 hectares aproximadamente, reservadas como patrimônio histórico do Estado, pela Lei n.º 33, de 17 de janeiro de 1948, denominadas ruínas de Santo Inácio, na confluência do rio Santo Inácio, no rio Paranapanema, no Município de Santo Inácio.

Art. 2.º — A fundação donatária se obriga a titular a área de terras doada aos seus ocupantes, nos limites da posse que exercem, mediante o pagamento do preço corrente cobrado pela fundação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1.976.

(a) Ivo Thomazoni.

JUSTIFICATIVA:

A área de terras que se pretende seja doada ao Instituto de Terras e Cartografia, para ser transferida aos seus colonos posseiros, reservada como patrimônio histórico do Estado, em 1948, de há muito perdeu as características que se exige para que um bem tenha esta destinação.

A época de sua reserva não tínhamos aparelhamento, estrutura para a preservação do remanescente das então ruínas jesuíticas de Santo Inácio.

Na realidade o remanescente das ruínas não existe mais; a área foi ocupada por colonos que lá se instalaram e cultivam a terra, que está assim distribuída: José Barbosa da Silva, 8 alqueires, lote n.º 1; José Andrade da Silva, 5 alqueires, lote n.º 2; Clemente Ferreira, 8 alqueires, lote n.º 3; Antônio

Vidal de Arruda, 10 alqueires, lote n.º 4; José Geminiano, 5 alqueires, lote n.º 5; Alípio dos Santos, 5 alqueires, lote n.º 6; Sebastião Rodrigues Medeiros, 4 alqueires, lote n.º 7, Maria Pereira de Matos, 5 alqueires, lote n.º 8.

Justo é que os órgãos públicos reconheçam a realidade, fazendo cessar as restrições que hoje sofre a área e que não têm mais razão de ser.

A aprovação do presente plano de lei virá ensejar a que se dê a solução jurídica a uma situação de fato, em relação à qual o poder público não poderá omitir-se.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 136/76.

P A R E C E R.

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, visa o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação Instituto de Terras e Cartografia, a área de terras, 121 hectares aproximadamente, reservadas como patrimônio histórico do Estado, pela Lei n.º 33, de 17 de janeiro de 1.948, denominadas ruínas de Santo Inácio, na confluência do rio Santo Inácio, no rio Paranapanema; no Município de Santo Inácio.

Pela sua justificativa, verifica-se que a medida é justa e oportuna, tanto mais que a área em lide está ocupada por colonos que cultivam a terra. A sua aprovação, portanto, virá dar solução jurídica a uma situação de fato já existente.

Não existe impedimento algum de ordem legal e constitucional, assim também não há nenhum óbice para que a Casa dê acolhimento a esta matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 136/76.

P A R E C E R

O presente Projeto de Lei n.º 136/76, de autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar a Fundação Instituto de Terras e Cartografia, área de terras que especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando favoravelmente.

No âmbito desta Comissão de Finanças, temos que em razão de não haver implicações diretamente ligadas ao assunto financeiro, que importe em análises mais detalhadas, o projeto está em condições de ter a sua tramitação normal por esta Casa.

PELA APROVAÇÃO é o parecer, face à meritória finalidade conforme a justificativa apresentada pelo autor.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1.978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Edilson Alencar, Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PROJETO DE LEI N.º 136/76.

P A R E C E R

Visando autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação Instituto de Terras e Cartografia, área de terras conforme específica, apresenta o nobre Deputado Ivo Thomazoni a proposição ora em análise por esta Comissão.

Quanto ao mérito do presente plano de lei, chamada a opinar esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, temos que de acordo com a justificativa apresentada, é das mais oportunas a medida ora proposta e visa solucionar problemas pendentes de terras em nosso Estado.

Sem dúvida alguma, o legislador ao apresentar tal projeto de lei, está se escudando em bases legais, a fim de permitir o Estado a dirimir e resolver da melhor maneira possível, proble-

ma social dos mais relevantes.

Pela Aprovação é o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1.978.

(aa) Egon Pudell, Presidente;

Jayme Rodrigues Carvalho, Relator

Sobre o referido projeto, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, no seguinte teor:

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer o adiamento da discussão do Projeto de Lei n.º 136/76, por 5 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1.978.”

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Em consequência, fica retirado da Ordem do Dia, com adiamento de votação por 5 (cinco) sessões.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 181/77, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que cria no Município de São Pedro do Ivaí, o Distrito Administrativo de MARIZA, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 181/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de São Pedro do Ivaí, o Distrito Administrativo de MARIZA, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

— Com o Município de Itambé—iniciando na Foz do Ribeirão Mariza; Ribeirão Mariza acima até a direção da nascente do córrego Alexandre, córrego este, afluente do Ribeirão Keller. — Com o Município de Bom Sucesso — do Ribeirão Mariza na direção da nascente do córrego Alexandre por uma linha reta e seca em direção à foz do córrego Baiacu no Ribeirão Barbacena, até alcançar o córrego Mirafior. — Com o Município de São Pedro do Ivaí — Distrito de São Pedro do Ivaí — Córrego Mirafior abaixo, até sua foz no Córrego Mavacaí; Córrego Mavacaí abaixo até sua foz no Córrego Tucambira; Córrego Tucambira abaixo até sua foz no Ribeirão Axel; Ribeirão Axel, até encontrar a Ponte situada nos fundos do lote de Terras 366-A (Estrada principal — MR n.º OA-005); Deste ponto pela referida estrada OA-005 em direção à cidade de São Pedro do Ivaí até encontrar o cruzamento com o Ribeirão São Carlos; de onde segue abaixo pelo Ribeirão São Carlos pela sua margem direita até encontrar a sua foz no Rio Ivaí. Com o Município de Fênix — da foz do Ribeirão São Carlos, seguindo pelo Rio Ivaí até a foz do Ribeirão Mariza, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1.978.

(a) Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

O crescente desenvolvimento por que vem passando o Município de São Pedro do Ivaí, está a exigir uma transformação na sua estrutura administrativa.

Estrutura Administrativa esta que deverá estar voltada para atender com melhores perspectivas o crescimento agrícola, econômico e social daquela comuna.

Com esta finalidade, o Poder Legislativo Municipal de São Pedro do Ivaí, aprovou a Lei Municipal n.º 407 de 04/07/77, que anexamos ao presente, autorizando o Chefe do Executivo Municipal a representar junto a esta Assembléia Legislativa a criação, através de Lei estadual, do Distrito Administrativo de Mariza, que ora estamos propondo.

A documentação que anexamos ao presente comprova; o preenchimento das exigências da Lei Complementar n.º 2 —

Lei Orgânica dos Municípios.

Com isso esperamos a aprovação do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 181/77.

PARECER

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, o presente projeto de lei tem por finalidade criar, no Município de São Pedro do Ivaí, o Distrito Administrativo de Mariza, com divisas que especifica.

Analisando-se o processo, temos que se encontram inseridos ao mesmo a seguinte documentação:

I — Solicitação do Senhor Prefeito Municipal de São Pedro do Ivaí;

II — Ofício do Delegado do IBGE, encaminhando certidão daquele órgão oficial de estatística, informando o número de prédio e população da área do futuro Distrito de Mariza;

III — Fotocópia da Lei Municipal n.º 407 de 04/07/77, através da qual a Câmara Municipal de São Pedro do Ivaí autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a representar perante esta Casa a criação do futuro Distrito Administrativo;

IV — Declaração do Senhor Prefeito Municipal, atestando o cumprimento das exigências previstas pela Lei Orgânica dos Municípios, em relação à população e n.º de prédios na área do futuro Distrito de Mariza.

V — Certidões da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de São Pedro do Ivaí referentes ao Projeto de Lei Municipal que criou o Distrito Administrativo de Mariza; e

VI — Mapa descritivo das divisas territoriais do Distrito.

Diante da documentação apresentada pelo autor do projeto, temos que o mesmo se encontra dentro das normas previstas pela Lei Complementar n.º 2 de 18/06/73, — Art. 9.º — LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS, e de acordo com o Parecer n.º 10/75, da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, publicado no D.O. n.º 198, de 15/10/75, o mesmo está em condições de ser aprovado por esta Casa.

Queremos, outrossim, enaltecer o cuidado com que foi preparado o presente plano de lei no exato cumprimento das determinações legais, o que demonstra o alto espírito público do legislador na sua nobre missão de dotar o Estado com leis que efetivamente venham em prol do nosso desenvolvimento.

Em consequência o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se “pela sua aprovação”.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 181/77.

PARECER

O Projeto de Lei n.º 181/77 de autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, visa criar o Distrito Administrativo de Mariza, no Município de São Pedro do Ivaí, com divisas que especifica.

Analisando o aspecto constitucional e legal da matéria, houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, restrita a análise sob o aspecto financeiro, nada há que opinar.

Assim somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1.978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Aguinaldo Pereira Lima, Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO.

PROJETO DE LEI N.º 181/77

PARECER

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, tem por finalidade criar, no Município de São Pedro do Ivaí, o Distrito Administrativo de Mariza, com divisas que especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável das duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Analisando-se sobre o mérito do projeto de lei, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, temos que, de acordo com a justificativa apresentada e a documentação inserida ao processo, não há óbice algum que possa impedir a sua aprovação por esta Casa, sendo das mais meritórias e justa a sua finalidade.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1.978.

(aa) Egon Pudell, Presidente e Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 28/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 14/78, que altera disposições da Lei n.º 6.364 de 26/12/72, pertinente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICM). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade. — COM EMENDA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 28/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — O Parágrafo único do artigo 9.º da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, passa a vigor como § 1.º, ficando acrescido ao referido artigo 9.º o seguinte parágrafo:

“§ 2.º — Para a apuração dos índices a que se refere o parágrafo anterior, os contribuintes do ICM, inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, deverão apresentar informação em formulário cujo modelo será estabelecido pela Secretaria das Finanças.”

Art. 2.º — Fica acrescido ao artigo 13 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972 mais um inciso com a seguinte redação:

“X — A pessoa natural ou jurídica de direito privado, nas circunstâncias previstas nos artigos 132 e 133 do Código Tributário Nacional.”

Art. 3.º — O § 2.º do artigo 22 da Lei n.º 6.364 de 29 de dezembro de 1.972, com a redação dada pelo artigo 3.º da Lei n.º 6.757, de 22 de dezembro de 1.975, passa a ter a seguinte redação:

§ 2.º — Constitui termo inicial para a aplicação dos coeficientes de correção monetária:

1. O mês seguinte ao em que tenha expirado o prazo de pagamento do ICM (art. 19), ressalvado o disposto no item seguinte;
2. O mês seguinte ao em que recair o nonagésimo dia contado da data da expiração do prazo de pagamento, tratando-se de imposto a recolher declarado em Guia de Informação e Apuração do ICM”.

Parágrafo único. Fica acrescentado ao artigo 22 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, alterado pela Lei n.º 6.757, de 22 de dezembro de 1.975, o seguinte parágrafo:

“§ 3.º — Quando, no caso do item 1 do parágrafo anterior, não for possível identificar o mês em que tenha expirado o prazo de pagamento do ICM (art. 19), adotar-se-á, para a correção monetária, a média aritmética dos coeficientes vigentes na data do efetivo pagamento e correspondentes aos meses em que ocorreram os fatos geradores.”

Art. 4.º — O item 3 do § 2.º do artigo 23 da Lei n.º

6.364, de 29 de dezembro de 1972 passa a vigor com a seguinte redação:

“3 — A partir do mês seguinte ao em que recair o nonagésimo dia contado da data da expiração do prazo de pagamento, tratando-se de imposto a recolher declarado em Guia de Informação e Apuração do ICM.”

Art. 5.º — Fica acrescentado ao parágrafo único do artigo 47 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro e 1.972, o seguinte item:

“6 — Em declaração fisco-contábil, cujo formulário será estabelecido em Instrução da Secretaria de Finanças, que o contribuinte fica obrigado a preencher e entregar à repartição do seu domicílio tributário.”

Art. 6.º — A letra “d” do item 4 e o item 15 do parágrafo único do artigo 56 da Lei n.º 6.364/72, passam a vigor, respectivamente, com a seguinte redação:

“d — O valor do crédito tributário relativo ao ICM, quando devido, demonstrado em relação a cada mês ou período considerado.”

“15 — As mercadorias apreendidas ficam sob a custódia oficial do chefe da repartição fazendária por onde se iniciar o respectivo processo e poderão ser por este liberadas mediante a satisfação, pelo sujeito passivo, das exigências determinantes da apreensão ou, se não atendidas, após a identificação exata do infrator, da infração e das quantidades, espécies e valores das mencionadas mercadorias.”

Parágrafo único. Fica revogados o § 5.º do artigo 27 e os itens 12, 13 e 16 do parágrafo único do artigo 56, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972.

Art. 7.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de março de 1.978.

(a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 28/78

PARECER

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 14/78, o presente Projeto de Lei n.º 28/78, tem por finalidade alterar dispositivos da Lei n.º 6.364 de 26/12/72, pertinente ao imposto sobre operações relativas à circulação de Mercadorias no Estado. (ICM).

A mensagem está instruída com a cópia da detalhada Exposição de Motivos de n.º 807/77, através da qual o Senhor Secretário de Estado das Finanças, demonstra o interesse na alteração do dispositivo acima aludido em favor do aprimoramento da máquina arrecadadora do erário estadual.

Constitucionalmente, a competência para matéria financeira, referente ao processo legislativo, é a do Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, temos que não existe qualquer óbice que possa impedir a sua tramitação por esta Casa, razão pela qual o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 28/78.

PARECER

O presente Projeto de Lei n.º 28/78, oriundo da Mensagem Governamental n.º 14/78, tem por objetivo alterar dispositivos da lei pertinente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias no Estado — ICM, conforme especifica.

Analisando a legalidade e constitucionalidade da maté-

ria, opinou favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça (fls. 13 do processo).

No âmbito desta Comissão de Finanças, restrita ao aspecto financeiro do projeto, temos que o mesmo se encontra dentro das especificações pertinentes à legislação referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias no Estado e que se pretende de acordo com as normas previstas no projeto, estabelecer dispositivos que evitem distorções e aprimorem as disposições legais já existentes dando assim melhores condições para que o Fisco Estadual, se torne melhor aparelhado e permita, equanimemente, aplicar as normas legais no campo da fiscalização e arrecadação.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1978.

(aa) Erondy Silvério — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Emenda ao Projeto de Lei n.º 28/78

O parágrafo único do Art. 3.º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º — ...

Parágrafo único — fica acrescentado ao Art. 22 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, alterado pela Lei n.º 6757, de 22 de dezembro de 1975, o seguinte parágrafo:

“§ 3.º — Quando no caso do item 1 do parágrafo anterior, não for possível identificar o mês em que tenha expirado o prazo de pagamento do ICM (Art. 19), adotar-se-ão, para a correção monetária, os coeficientes relativos ao trimestre civil seguinte ao do período apurado”

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1978.

(aa) Erondy Silvério

Aguinaldo Pereira Lima

JUSTIFICATIVA:

O anteprojeto prevê que a correção monetária, na hipótese, far-se-á mediante aplicação da média aritmética dos coeficientes vigentes na data do efetivo pagamento e correspondentes aos meses em que ocorreram os fatos geradores.

Essa forma, no entanto, é bastante complexa, já a partir do fato de que se dirige aos casos em que se não pode identificar o mês em que tenha expirado o prazo de pagamento do ICM. Logo, sempre será difícil definir “os meses em que ocorreram os fatos geradores”.

A emenda contém fórmula mais simples e prática. Identificado o período em que ocorreu o fato gerador, geralmente determinado ano, aplicam-se os coeficientes vigentes para o trimestre civil seguinte.

Exemplo: na verificação de determinado ano, a fiscalização apura uma diferença no ICM, sem poder, no entanto, precisar o mês ou os meses em que teria ocorrido o fato gerador. Pelo anteprojeto, seria calculada a média aritmética dos coeficientes dos 12 meses e que corresponde aquele ano. Pela emenda, aplicar-se-iam os coeficientes relativos ao trimestre civil seguinte.

Porém o tributo não satisfeito tanto pode o seu fato gerador ocorrido no primeiro mês do período, quanto no último. A média aritmética favorecerá o contribuinte se o fato gerador tivesse ocorrido no primeiro mês do período. Mas, lhe seria injusta se o fato gerador se reportasse ao último mês do período.

Assim, a emenda busca, também, atender a um princípio de justiça fiscal, pois, sempre que haja dúvida, como é o caso que o dispositivo pretende alcançar, essa dúvida deve ser resolvida em favor do sujeito passivo, consoante regra do art. 112, do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25/10/1966).

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/78, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que autoriza o Poder Executivo denominar “Albino Feijó”, a Unidade Escolar construída no Parque das Indústrias, da cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 32/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar “Albino Feijó Sanches”, a unidade escolar recém-construída no Parque das Indústrias, na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1978.

(a) Dácio Leonel

JUSTIFICATIVA:

Com a presente proposição visamos homenagear um dos pioneiros de Londrina.

Albino Feijó Sanches, nascido em Jaboticabal, Estado de São Paulo, em 23 de abril de 1898, foi um dos pioneiros de Londrina, onde chegou no mês de junho de 1934 — ano de fundação da cidade.

Era casado com dona Adelaide de Jesus Sanches, tendo tido 12 filhos.

Foi motorista, agricultor e comerciante, tendo falecido em 22 de abril de 1970.

Foi o idealizador do loteamento “Parque das Indústrias”, tendo sido o doador da área de terras onde hoje se localiza a nova escola.

Pela sua vida e pelo seu pioneirismo, estamos seguros que é das mais justas a homenagem pretendida.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 32/78

De autoria do nobre Deputado Dácio Leonel, o presente Projeto de Lei n.º 32/78, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a denominar “Albino Feijó Sanches”, a unidade escolar que especifica, localizada na cidade de Londrina.

Analisando-se o aspecto legal e constitucional do projeto, temos que nada há que possa obstruir a sua aprovação por esta Casa.

Quanto ao mérito da proposição, temos que a mesma, através da justificativa apresentada pelo seu autor, tem por objetivo prestar uma homenagem a um dos pioneiros de Londrina, denominando uma unidade escolar recém-construída pelo Governo do Estado no Parque das Indústrias.

Sem dúvida alguma a homenagem que se pretende prestar é das mais válidas e serve de exemplo às futuras gerações, o modelo de vida de ilustres personalidades que deram algo de si em prol da construção de uma cidade que se tornou invulgar não só no Paraná, como também no cenário de nossa Pátria.

Pela APROVAÇÃO, é o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1978.

(aa) Paulo Camargo - Presidente

Gilberto Carvalho - Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública o “Seminário Menor São Vicente de Paulo”, com sede e foro na cidade de Araucária. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 45/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade o “Seminário Menor São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Araucária”.

cária.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública se dedica à atividade cultural, prestando assim inestimáveis serviços à comunidade não só de Araucária, como também das cidades circunvizinhas.

A documentação que anexo encaminhamos, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos na legislação estadual, pertinente a matéria.

Com isso esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 45/78

O presente Projeto de Lei n.º 45/78, de autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Seminário Menor São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Araucária.

Analisando-se o processo, através da justificativa apresentada pelo seu autor e a documentação nele inserida, deparamos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela legislação estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1978.

(aa) Paulo Camargo — Presidente

Dácio Leonel — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 86/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que estabelece novos horários para realização das Sessões Plenárias da Assembléia Legislativa, até o dia 15 de novembro do corrente ano. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Dona Elzina Franco de Macedo. — **Aprovado.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Luiz Roberto Soares, Werner Wanderer, Augusto Carneiro e Fabiano Braga Côrtes, para comporem a Comissão Especial que examinará o problema indenizatório da Usina Foz do Areia. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Fávero, ocorrido na cidade de Dois Vizinhos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Pereira da Silva, ocorrido na cidade de Francisco Alves. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Antônio de Oliveira Gomes, ocorrido em Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Waldenício Barbalho e Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osiris Ramiro de Assis, ocorrido na cidade de Paranavaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final de diversos projetos de lei. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, visando criar e instalar uma agência do referido banco na cidade de Jandaia do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BNH, no sentido de que se proceda reestudos para reduzir a correção aplicada aos mutuários do referido órgão que tenham adquirido suas casas próprias do tipo popular. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta de três membros para gestionar junto ao Banco Central e outros órgãos decisórios com sede em Brasília a fim de que seja encontrada uma solução definitiva das Notas Promissórias Rurais. — **Aprovado.**

Diante da aprovação deste requerimento, a Presidência alicita das lideranças do MDB e ARENA, a indicação dos Srs. Deputados como membros da comissão especial mantida proporcionalidade.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do I.B.C., no sentido de que autorize, mesmo em caráter excepcional, o restabelecimento das vagas oferecidas aos exportadores de café, fazendo retornar ao Porto de Paranaguá e a própria cidade as possibilidades de trabalho, comércio e sobrevivência. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações sobre se Sua Excelência já determinou à Pasta competente, estudos visando a redação de projeto de lei estabelecendo contagem de tempo para efeito de aposentadoria aos funcionários públicos admitidos antes da Constituição de 1967.

O requerimento que consubstancia pedido de informações dirigido ao Sr. Governador do Estado, teve expungido do seu bojo, o item 2, em que o signatário pretendia do Governador, informações.

— **Aprovado o pedido de informações.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, em forma de pedido de informações, sobre quais as razões que impedem a Secretaria de Segurança Pública em deferir o requerimento proposto pelo Sr. Marcílio Antônio da Silva, que requer de Sua Excelência a determinação de silêncio perpétuo quanto as anotações existentes contra o signatário, na DOPS. — **Aprovado.**

A Presidência vai colocar em votação dois requerimentos: um de S. Ex.ª, o Sr. 2.º Secretário, Deputado José Domingos Scarpellini, e outro, de S. Ex.ªs, os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Luiz Gabriel Sampaio.

A Presidência, embora não tenha o privilégio de votar os aludidos requerimentos, sente-se, também, no dever de informar ao Plenário que, mesmo aprovada a matéria, a Presidência não firmará expediente dando ciência da decisão da Casa e solicita que o faça em seu nome, o Sr. 1.º Vice-Presidente desta Assembléia Legislativa do Estado. A Presidência não quer discutir a matéria, reservando-se, se for o caso, para dar a sua opinião pessoal noutra oportunidade, em qualquer das sessões. Em votação o requerimento, com discussão encerrada, do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, em que requer, protesto contra a CBD. Em votação o requerimento do Sr. Deputado

José Domingos Scarpelini, com as restrições que a Presidência já fez. — Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, o requerimento subscrito por este Deputado e pelo eminente Deputado Luiz Gabriel Sampaio, de quem eu tenho autorização para declinar de sua pretensão, peço à Presidência, uma vez que ainda não está em votação, que seja retirado da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere.

A Presidência deseja lembrar aos Srs. Deputados, do seguinte: a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Diretoria Geral e Diretoria e Conselho Deliberativo da Cabenfafe, convidam para a Missa e comunhão pascal que será celebrada para os Srs. Deputados, funcionários e Ex.mas Famílias, às 10,00 horas, de amanhã, dia 29/6/1978, na capela do Poder Legislativo.

A Presidência acaba de receber, extensivo a todos os Srs. Deputados e Famílias, um convite deixado pelo Sr. Pregador, Dr. Joé Underwood, em que convida para a Primeira Igreja Batista de Curitiba, em que vai realizar o 1.º Culto no terreno adquirido na Avenida Batel, onde será edificado o seu futuro santuário, a realizar-se dia 2 de julho de 1978, às 15 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 193/74 e dos Projetos de Resolução n.ºs 48, 52, 55 e 60/78.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 136/76, 181/77, 28, 32 e 45/78 e de Resolução n.º 86/78.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 05/78.

Marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 30, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 72/77, 86/77, 162/77, 169/77, 39/78, 62/78 e 75/78.

Levanta-se a sessão.

Decretos Legislativos:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 345/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prover, FAUSTO LUIZ ABRY, matrícula n.º 555, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 2.º, da Resolução n.º 129/78, de 08 de junho de 1978, no cargo de Consultor Legislativo, da parte permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 28 de junho de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 346/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — tornar sem efeito o Decreto Legislativo n.º 170/78, de 06 de abril de 1978, que readaptou na inicial da Série de Classes de Advogado, nível PL"26", o funcionário ALCEU ALVES PASSOS, matrícula n.º 112; e,

II — prover, nos termos do Art. 2.º, da Resolução n.º 129/78,

de 08 de junho de 1978, o funcionário ALCEU ALVES PASSOS, matrícula n.º 112, no cargo de Secretário de Comissão, da parte permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 28 de junho de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 347/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prover, UMBELINA CARRARO DOS SANTOS, matrícula n.º 461, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 2.º, da Resolução n.º 129/78, de 08 de junho de 1978, no cargo de Secretário de Comissão, da parte permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 28 de junho de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 348/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prover, ACYR TEIXEIRA, matrícula n.º 108, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 2.º, da Resolução n.º 129/78, de 08 de junho de 1978, no cargo de Secretário de Comissão, da parte permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 28 de junho de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 349/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prover, na inicial da Série de Classes de Advogado, nível PL"26", o funcionário JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula n.º 509, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 28 de junho de 1978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 350/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prover, EDMIR ENÉZIO DA SILVA, matrícula n.º 498, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Contabilidade, do Grupo Ocupacional de Contabilista, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 2.º da Resolução n.º 129/78, de 08 de junho de 1978, no cargo de Auxiliar Técnico, nível PL"25", da parte permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 28 de junho de 1978.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário